



Diário de Campo : **Supervisão Técnica Regional em MG**

SEDESE

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS – AMM

Presidente

Julvan Rezende Araújo Lacerda

Superintendente Executivo

Rodrigo Franco

Assessora do Departamento de Assistência Social

Jéssica Araújo

Analista de Políticas Públicas do Departamento de Assistência Social

Vivian Santana

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE

Governador

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador

Antônio Andrade Eustáquio Ferreira

Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Rosilene Cristina Rocha

Secretária de Estado Adjunta de Trabalho e Desenvolvimento Social

Karla Renata França

Subsecretária de Assistência Social

Simone Aparecida Albuquerque

Superintendente de Capacitação, Monitoramento, Controle e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social

Jaime Rabelo Adriano

Superintendente do Fundo Estadual de Assistência Social

Claudia Maria Bortot Falabella

Superintendente de Proteção Social Básica e Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Deborah Akerman

Superintendente de Proteção Social Especial

Régis Aparecido Andrade Spíndola

EQUIPE EDITORIAL

SEDESE

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Coordenação editorial

Simone Aparecida Albuquerque

Redação

Dirce Harue Ueno Koga

Revisão

Dayse Vilas Boas Pinto,
Jaime Rabelo Adriano
Simone Aparecida Albuquerque.

Colaboração

Alexandre Barbosa Romero; Aline de Paula Marques;
Aline Queiroz Barreto de Castro;
Amanda Cristina Braga; Amauri dos Santos Barra;
Ana Luiza de Souza; Ana Maria Augusta dos Santos;
Ana Maria Silveira Reis; Ana Paula Sá da Silva;
Camila Casttelari Barbosa; Carla Bronzo;
Carolina Assis Cambraia Diniz Campos Rêgo;
Carolina Moraes S. Melo; Cátia Regina de Sales Gomes;
Cibele da Silva Souza; Cristiane Ferreira Michette;
Cristiano de Andrade; Dalma Veiga;
Daniele Santos Ferreira; Deborah Akerman; Eide Faria;
Eliana Márcia de Miranda Maia;
Elisangela de Souza Franco; Eunice Silva de Faria;
Eva Barbosa Pinheiro; Eveline Pardini Chaves;
Fabiana de Andrade Silva; Fátima Cristina Pinto;
Fernanda Silva de Lara; Fernando Gomes Reis;
Gabriele Sabrina da Silva; Giselle Cristina G. Vinha;
Giselle Cristina Leite Braga;
Gleide Ribeiro Starling Diniz; Graziani Vilela;
Hélvia Maria Valadares Moreira;
Hermellis Messias Tirado de Campos;
Iara Aparecida Ferreira; Jaime Luiz Rodrigues Júnior;
Jaime Rabelo Adriano; Jamil Amim Galuppo Mattar;
Janice Tameirão Bauer;
Jéssica Nagila Fernandes Araújo;
João Batista Vaz da Costa; João Henrique Amorim;
João Paulo Freire Jardim; Juliana dos Santos Calleia;
Júlio Cesar dos Santos; Kelly Rosana Borges;
Lanuza Jardim Cerqueira; Larissa Louzada Furlani;
Lauren Fernandes Siqueira; Leonardo Silva Prates;
Lídia Freire Franco Macedo; Lúcia Elena Rodrigues;
Luciana Lídia Teixeira;
Luciene Beatriz Fuchinelli Barbosa;
Magda Aparecida Silva; Maicon Marques de Paula;
Manoel Rodrigues Afonso; Marcel Belarmino;
Marcia Maria Romero;
Maria Elizabete Moreira de Freitas;

Maria Helena Cardoso;
Maria Soledade Queiroz Almeida Carvalho;
Marina Soares Leão; Maristânia Moreira Martins;
Marta Filomena Simão Basílio;
Matheus Fernandes Nascimento;
Merilane Emanuelle Cardoso ; Michele Duarte Silva;
Naiara Sabrina Pereira e Silva; Natália de Souza Nunes;
Nivaldo de Matos Vicente; Orislene Erika Bandeira;
Patricia Diniz; Patrícia Fátima Pantaleão;
Patrícia Nunes Silva Elias; Rafaela Pereira Martins;
Régis Aparecido Andrade Spíndola;
Renata Alves de Souza; Rhilker Junio Fonseca Sousa;
Rosane Soares Rodarte Barbosa;
Rosilene Silva Moreira; Ruth de Moura Sousa;
Sabrina Simões Castilho; Sabrina Simões Castilho;
Sara Miranda Barbosa; Solange Silva Costa;
Suzanne Cristina Horta Silva;
Tatiane Patrícia dos Reis Sanção;
Thiago Dylan Ferreira Pinto;
Vanessa Santos Fortunato; Vanessa Santos Fortunato;
Vanessa Santos Fortunato;
Vivian Helen Teixeira Santana; Viviane Colen Furtado;
Wagner Antônio Alves Gomes; Wagner Maciel Silva

Projeto gráfico

Tiragem

Impressão

Todos os Direitos Reservados.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Secretaria de Estado de Trabalho
e Desenvolvimento Social
Subsecretaria de Assistência Social
Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rod. Papa João Paulo II, 4.143,
Bairro Serra Verde | Belo Horizonte/MG
CEP 31630-900. Edifício Minas, 14º andar
(31) 3916-8049

LISTA DE SIGLAS E ILUSTRAÇÕES

AMM – Associação Mineira de Municípios

CAD Único – Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal

CEAS/MG – Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PBF – Programa Bolsa Família

PNEP/SUAS – Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

RI Social – Relatório de Informação Social

SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

SM – Salário Mínimo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

Lançado pelo Governo de Minas Gerais, em 2015, o PROGRAMA QUALIFICA SUAS, em consonância com a diretriz governamental de priorizar e apoiar os municípios, instituiu, de maneira sistemática e coordenada, ações de apoio técnico e capacitação direcionadas a gestores, trabalhadores e conselheiros de Assistência Social, organizadas em quatro eixos: o Apoio Técnico aos Municípios; a Capacitação Continuada; o Núcleo Estadual de Educação Permanente e; a Supervisão Técnica.

Na qualidade de ação de capacitação, compreendida no âmbito da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS/2012 e da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP-SUAS/2013, a Supervisão Técnica deve ser orientada e efetivada, observando-se diretrizes e princípios, atendendo à perspectiva político-pedagógica da educação permanente, com foco na centralidade dos processos de trabalho e práticas profissionais, e ancorada na interdisciplinaridade, na aprendizagem significativa, na historicidade, na diversidade sociocultural e territorial e no desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS.

De acordo com a Resolução nº 06/2016 do Conselho Nacional de Assistência Social, a Supervisão Técnica no SUAS é entendida como um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial. O objetivo é fornecer subsídios (teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos) para que os trabalhadores do SUAS construam, de forma crítica e criativa, alternativas de intervenção para elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, contribuindo para a ressignificação das ofertas da Assistência Social e, assim, potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas na perspectiva da garantia de direitos.

A Supervisão Técnica como estratégia de Educação Permanente no SUAS é muito recente. Sendo assim, considerando o desafio da sua oferta pela gestão estadual aos profissionais dos municípios mineiros, que são muitos e diversos, este caderno, elaborado em parceria com a Associação Mineira de Municípios (AMM), traduz o esforço da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese) para o desenvolvimento de estratégias metodológicas de Supervisão Técnica Regional em Minas Gerais.

Trata-se de um processo coletivo institucional de implementação e valorização do conhecimento da realidade socioterritorial de Minas Gerais e da dinâmica da gestão da política de assistência social em seus municípios, a fim de construir subsídios que contribuam para a efetivação da Supervisão Técnica em Minas Gerais.

Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais

SUMÁRIO

Primeiras Palavras	7
1ª Parada: Regulação	9
Registro 1 – O Lugar da Supervisão Técnica na Educação Permanente e no Qualifica SUAS.	10
Registro 2 – O Lugar dos “Processos Cotidianos do Trabalho” na Supervisão Técnica no Âmbito do SUAS em Minas Gerais	14
2ª Parada: Teórico-Metodológica	15
Registro 1 – Justificativa da Proposta Metodológica	15
Registro 2. Referenciais Teórico-Metodológicos para a Supervisão Técnica.	17
Registro 3 – Diretrizes da Supervisão Técnica do SUAS em Minas Gerais	26
3ª Parada: Diagnóstico Socioterritorial	28
Registro 1 – Contexto Macrorregional	28
Registro 2 – Contexto Populacional	30
Registro 3 – Contexto Territorial	37
Registro 4 – A Gestão do SUAS	41
Registro 5 – A Gestão de Benefícios Socioassistenciais	47
Registro 6 – Presença dos Serviços nos Territórios	49
4ª Parada: Mapa Falado	52
Registro 1 – Construção Coletiva do Conhecimento dos Territórios e do SUAS em Diferentes Escalas de Minas Gerais	52
Registro 2 – O Mapa Falado como Pedra da Ponte	53
5ª Parada: Plano Regional de Supervisão Técnica	59
Registro 1 – Planos Regionalizados de Supervisão Técnica: Desafios Metodológicos e Operacionais	59
Registro 2 – Construção do Plano	62
Estação: Supervisão Técnica Regional	65
Registro – Síntese	65
Etapa 1 – (Re)Conhecimento dos Territórios de Minas Gerais e da Capacidade de Gestão do SUAS	66
Etapa 2 – (Re)Conhecimento da Regionalização do SUAS em Minas Gerais	67
Etapa 3 – Construção Coletiva do Conhecimento dos Territórios e do SUAS em Diferentes Escalas de Minas Gerais	68
Etapa 4: Planos Regionais de Supervisão Técnica em Minas Gerais	68
Etapa 5: Construção Coletiva de Superação	69
Referências Bibliográficas	72

Como um relato de vivências, este caderno é feito de lembranças e registros de momentos passados juntos, a partir de um combinado muito próprio da tradição caipira, que marca territórios mineiros (e paulistas): cada um espalhado pelo seu canto, mas nas horas do mutirão e da celebração se juntam.

Este caderno é fruto de muito mutirão, de plantação e troca de ideias, vivências, metodologias, documentos e estudos. Depois de uma verdadeira viagem de idas e vindas, de praticamente dois anos, chegamos à hora da colheita, da celebração, e o mais importante: nos juntamos novamente com este caderno nas mãos e com os pés nos chãos.

Por isso, o nome de “Diário de Campo” nos pareceu um modo apropriado de tratar os registros desta caminhada, desta viagem em direção ao nosso destino de chegada: a supervisão técnica regional em Minas Gerais. Sim, mais um lugar no meio dos 853 municípios e junto as 22 regionais SEDESE.

Esta viagem foi realizada com diferentes viajantes, gestores, diretores, supervisores, mas todos trabalhadores do SUAS. Portanto, todos com bagagem, malas cheias de vivências, cada qual do seu lugar na gestão do SUAS, na universidade, nas organizações socioassistenciais, nas igrejas, nos movimentos de luta, nas assessorias, enfim, nos mais variados espaços institucionais e não institucionais.

Durante a viagem descobrimos que, embora de malas cheias, ainda havia muito que se construir antes de chegar ao nosso destino da supervisão técnica regional, com um desafio a mais: tínhamos que partilhar nossas malas cheias e encher outras tantas vazias que percebemos justamente na hora de fazer nossos mutirões em plena viagem, com o “trem” andando.

Nesses momentos de mutirões surgiram, como não poderia ser diferente, muitos confrontos, conflitos próprios de quando se junta gente de todo lugar, com vivências distintas. Momentos de muitas dúvidas sobre como seria este ponto de chegada chamado “supervisão técnica regional”, e ainda se lá chegaríamos, com tantas diferenças e divergências.

Pois, como dizia Antônio Cândido, somos hoje “caipiras atrofiados”¹, guardamos parte dessa cultura, mas chegamos à cidade, chegamos ao século XXI, e na busca pela sobrevivência neste novo lugar, nos misturamos mais, com novos ritmos e necessidades.

Chegamos ao tempo do investimento em processos de aprimoramento do trabalho do SUAS por meio dos seus trabalhadores. O contexto é o do Programa Qualifica SUAS, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio da Subsecretaria de Assistência Social, com quatro grandes eixos: 1) Plano de apoio técnico para indução orientada dos gastos e aprimoramento da gestão do SUAS; 2) Capacitação Continuada; 3) Criação do Núcleo de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais; e, 4) Supervisão Técnica aos Trabalhadores do SUAS.

¹ Entrevista com Antonio Candido sobre a cultura caipira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zm3Pz8qxqN>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

É nesse contexto, partindo desse movimento maior que se dava no âmbito do Programa Qualifica SUAS, que se propõe chegar à Supervisão Técnica do SUAS em escala regional. Aqui, o primeiro desafio: a escala não era mais municipal, mas regional. Era preciso superar o predomínio do atendimento “caso a caso”, “município por município”, na busca por demandas comuns de processos de trabalho presentes nos municípios em seu âmbito regional.

Decidimos, desde o início, que a aposta estava na construção de um caminho metodológico que se iria fazer fazendo: em cada passo, em cada avanço, ao alcançar novas vivências comuns entre os viajantes do trem, foram se firmando os marcos, pequenas estações que se configuraram como pontos de parada para novas partidas. Cada pequena estação, dessa forma, ia definindo, ao mesmo tempo, o caminho a ser seguido na direção da grande estação: a supervisão técnica regional.

Se, por um lado, partimos para esta viagem, de malas cheias, ainda que insuficientes, por outro lado, elas foram fundamentais para dar os sentidos e a direção do caminho a seguir: o ponto de partida teórico-metodológico, que se constituiu em nosso primeiro marco, nossa primeira estação, nossa primeira parada de construção.

A seguir, o caminho construído, com todas as paradas, até a chegada à tão sonhada estação: a Supervisão Técnica Regional em Minas Gerais.



Este caderno pretende apresentar todo este trajeto, na esperança de que ao representar um trabalho coletivo de construção, possa orientar, comunicar, dialogar com novos viajantes, se transformando em uma experiência.

Entendemos, portanto, que o papel do Supervisor Técnico Regional em Minas Gerais também se fará fazendo, na medida em que estiver disposto a percorrer o caminho até aqui caminhado: de mala cheia e outra vazia, com os pés no chão e o compromisso de fazer avançar o SUAS em Minas Gerais. Aqui vai o caminho descrito, aqui se apresenta o nosso Diário de Campo da Supervisão Técnica Regional em Minas Gerais.

1ª Parada: Regulação

O início da viagem em direção à Supervisão Técnica Regional foi marcado por um acontecimento que dava a certeza de sua necessidade não somente pelas demandas dos trabalhadores do SUAS de Minas Gerais por esta garantia no seu cotidiano, mas também dos demais trabalhadores do SUAS do país: a publicação, em 13 de abril de 2016, da Resolução do CNAS nº 6, que “estabelece parâmetros para a Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS”.

Esta primeira parada em torno da regulação da supervisão técnica marcou o restante da viagem, pois dava a segurança de que este espaço na Educação Permanente do SUAS ganhava um estatuto de direito a ser reclamável pelos trabalhadores do SUAS. Importante conquista de âmbito nacional, que passava a ter concretude em Minas Gerais.

Se, por um lado, o cenário se mostrava desafiador, por outro lado, importava ressaltar as possibilidades desta viagem em direção à supervisão técnica, no sentido de conseguir fomentar o fortalecimento do SUAS no país, a partir do aprimoramento técnico dos seus trabalhadores e gestores espalhados pelos mais diferentes territórios mineiros. Tais possibilidades encontravam-se em processo de amadurecimento no âmbito do Programa Qualifica SUAS, do qual a supervisão técnica faz parte.



Nesta primeira parada, portanto, registramos o debate em torno da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS (Resolução nº 4 de 13/03/2013), Resolução nº 6 do CNAS de 13/04/2016 e da Resolução CEAS/MG nº 522, de 25 de setembro de 2015, que trata do Programa Qualifica SUAS em Minas Gerais.

Registro 1 – O lugar da Supervisão Técnica na Educação Permanente e no Qualifica SUAS

A Resolução a supervisão técnica é assim definida e objetivada em seus artigos 3º e 4º:

Entende-se por Supervisão Técnica no SUAS um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial. (Art. 3º)

A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a ressignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos. (Art. 4º)

A resolução do CNAS é muito clara quanto ao envolvimento de gestores e trabalhadores do SUAS na supervisão técnica indicando para o “estudo coletivo”, que reforça a perspectiva deste documento sobre a importância do processo coletivo de construção do conhecimento.

Ao mesmo tempo, a resolução evidencia a importância da “construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção”. Ambas as perspectivas remetem a um deslocamento da supervisão técnica para uma necessária aproximação/mediação entre os universos da academia e da gestão pública, pois, apesar de todos os esforços e investimentos em processos de capacitação, ainda se tem observado a presença de distanciamentos entre estes dois universos.

Tais distanciamentos têm gerado importantes e necessários debates e, ao mesmo tempo, terminam cristalizando alguns preconceitos de ambas as partes, que repercutem nas condições gerais já instaladas de precariedade institucional tanto nos processos de formação dos futuros trabalhadores do SUAS, como em condições de trabalho existentes. Tais circunstâncias agravadas na atual conjuntura do país desafiam sobremaneira as estratégias de supervisão técnica no campo da política de assistência social.

Importa ressaltar que a proposta de supervisão técnica a ser estabelecida no âmbito da SEDESE parte de um movimento mais amplo denominado de “Qualifica SUAS” e, dessa forma, seus referenciais teórico-metodológicos necessariamente deverão estar articulados a estes demais referenciais em andamento.

Embora o exercício da gestão regionalizada ainda se encontre incipiente no cenário brasileiro e, em particular, no âmbito da política de assistência social, se faz necessário estabelecer algumas referências teórico-metodológicas, com base na Resolução nº 6, de 13 de abril de 2016, e de acordo com o artigo 2º, que faz a seguinte direção:

A Supervisão Técnica deve ser orientada e efetivada a partir das suas diretrizes e princípios, atendendo a perspectiva político-pedagógica da educação permanente com foco:

- I - na centralidade dos processos de trabalho e práticas profissionais;
- II - na interdisciplinaridade;
- III - na aprendizagem significativa;
- IV - na historicidade, na diversidade sociocultural e territorial;
- V - no desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS.

Importa ressaltar, inicialmente, que se trata de uma perspectiva político-pedagógica da educação permanente do SUAS. Em torno desta perspectiva é que foram estabelecidos os focos de atuação da supervisão técnica, que se configuram como caminhos metodológicos a serem trilhados, no caso, nas Minas Gerais.

Se no contexto mineiro a supervisão técnica está articulada ao movimento “Qualifica SUAS”, faz-se necessário situar igualmente seu lugar no âmbito nacional, por meio da conquista da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, pela Resolução nº 4, de 13 de março de 2013. É neste âmbito que a supervisão técnica é assim definida:

Sob essa denominação poderão ser concebidas e realizadas ações de capacitação em serviço, que tenham por finalidade apoiar e acompanhar as equipes de trabalho no desenvolvimento das funções de gestão do SUAS e de provimento de serviços e benefícios socioassistenciais.

A Supervisão Técnica, especialmente voltada para as equipes ou grupos de trabalho, deverá reunir profissionais de diferentes funções e níveis de formação sempre que compartilharem de um mesmo campo de responsabilidade face às funções de gestão do SUAS e de provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. Deverá ser realizada por meio da mobilização e participação dos gestores e das equipes de trabalho para estudo e reflexão acerca de questões ou problemas relacionados aos processos de trabalho e práticas profissionais, visando a formulação e experimentação de alternativas de solução e superação dos problemas e questões motivadoras. (BRASIL, 2013, p. 44)

O primeiro quadro referencial a ser considerado, portanto, trata do contexto em que deve estar situada a supervisão técnica a ser desenvolvida pelo SUAS de Minas Gerais.



É sob tais referenciais normativos que se buscará nortear os pressupostos e diretrizes que formarão o arcabouço teórico-metodológico que servirá como um ponto de partida do processo de supervisão técnica a ser desenvolvido no âmbito do “Qualifica SUAS” junto a SEDESE, no Governo de Minas Gerais, e à medida de sua aplicação nos diferentes contextos socioterritoriais deverá ser aprimorado pelo conjunto de atores dele participantes.

Importa ressaltar, neste contexto, as análises de Simone Albuquerque e Monica Alves Silva (2014), em relação ao avanço do SUAS no país e a instituição da Política Nacional de Educação Permanente, que veio corroborar com este processo de “*mudança de modelo e ruptura de práticas baseadas na benesse e na caridade*”. E lembrarão as autoras, ao mesmo tempo, e na mesma direção:

Porém, a intervenção na realidade, a prática concreta cotidiana, seja na sua provisão, seja em sua gestão e controle social, ainda precisa aprofundar e efetivar esse avanço teórico e normativo, pois as práticas que caracterizam a história do campo socioassistencial – assistencialistas, tutelares, orientadas pelo disciplinamento e controle da população, (des) organizadas em ações pontuais e descontinuadas, muitas sem intencionalidade definida – ainda estão presentes. O momento é de aprimorar a gestão do Sistema, e qualificar suas atenções. (ALBUQUERQUE e SILVA, 2014, p. 90)

O convívio contraditório entre os avanços teóricos e normativos do SUAS em seus dez anos de caminhada, e as práticas assistencialistas e tutelares ainda presentes no campo socioassistencial e indicado pelas autoras, só vem corroborar com o desafio da construção urgente da supervisão técnica para o aprimoramento do sistema.

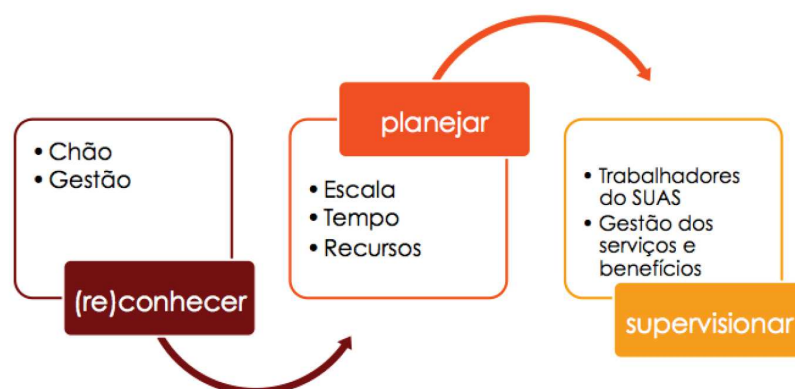
A direção da supervisão técnica em âmbito nacional estabelece como focos de sua atuação cinco parâmetros, que indicam caminhos fundamentais a serem considerados entre os pontos de partida e de chegada da supervisão técnica. Como já dizia Guimarães Rosa em Grande Sertão Veredas, “*o real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia...*”.

O desafio, portanto, se mostra em como construir processos e produtos que possam contemplar os focos indicados na travessia a ser realizada pela supervisão técnica.



Assim, na supervisão técnica do SUAS em Minas Gerais, o princípio da incompletude se faz valer. Será na sua capacidade de articulação com os demais projetos (Plano de apoio técnico, Capacitação Continuada e Núcleo de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais) é que se poderão circunscrever as reais possibilidades de alcançar resultados de sua implementação junto aos trabalhadores do SUAS.

O caminho a ser percorrido até chegar à supervisão técnica propriamente dita é que exigiu que se organizasse processos de reconhecimento dos chãos de Minas Gerais, bem como de suas respectivas condições de gestão do SUAS, a partir da qual se buscou planejar de forma regionalizada as ações de supervisão técnica, junto aos trabalhadores e gestores.



É nesta direção que se delinearam estas referências iniciais de diálogo, que pretendem ser aprofundadas e aprimoradas à medida do envolvimento do conjunto de atores que participarão deste processo de construção coletiva do conhecimento, em torno da supervisão técnica em Minas Gerais.

Registro 2 – O lugar dos “processos cotidianos do trabalho” na Supervisão Técnica no âmbito do SUAS em Minas Gerais

Os processos de trabalho que envolvem o SUAS, no âmbito da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente, têm apresentado cada vez mais centralidade diante dos novos cenários da realidade que se concretizam na forma de demandas de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial no cotidiano vivido pelo conjunto de trabalhadores e gestores da política de assistência social nos seus respectivos territórios de atuação.

Estas novas demandas pressionam os processos de trabalho desenvolvidos por esse conjunto de trabalhadores e gestores do SUAS, a ponto de exigir novas respostas nas formas de entrega dos provimentos de serviços, programas e benefícios.

De acordo com a Resolução CNAS nº 6, de 13 de abril de 2016, na própria definição da Supervisão Técnica no SUAS, em seu artigo 3º (“um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo”) se delimita o campo e as questões a serem abordadas pela Supervisão Técnica, quais sejam: aquelas “relacionadas aos processos cotidianos de trabalho, as suas práticas profissionais, as articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial”.

Este campo de questões que envolvem os sentidos da Supervisão Técnica no SUAS parecem direcionar tanto o “fazer” (processos de trabalho, práticas profissionais, articulações com o território), bem como a perspectiva desse “fazer” (institucional e intersetorial).

Os artigos 4º e 5º da Resolução CNAS, que tratam dos objetivos geral e específicos da Supervisão Técnica, trazem a ênfase nos processos desse “fazer” em nomenclaturas como: “novas alternativas de intervenção”, “exercício de suas atribuições”, “cotidiano de trabalho e práticas profissionais”, “práticas e técnicas profissionais”, “metodologias e novos processos e rotinas de trabalho”, “conhecimentos teóricos e práticos”, “práticas preconceituosas, assistencialistas e estigmatizadoras”, “capacidade de trabalho colaborativo, horizontal e interdisciplinar”, “construção de ações voltadas ao território”.

Dessa forma, tanto na sua definição como nos seus objetivos, a Supervisão Técnica no SUAS expressa preocupação com o fazer cotidiano dos seus trabalhadores e gestores.

Com este desafio nas mãos prosseguimos viagem. Era apenas o começo, e a próxima parada que se confirmava necessária era justamente aquela que pudesse fazer avançar nos marcos normativos e torná-los viáveis, concretos para se chegar à Supervisão Técnica Regional do SUAS em Minas Gerais.

2ª Parada: Teórico-Metodológica

Como bons caipiras, ainda que “atrofiados”, vimos o povo chegando devagar e sempre, um tanto desconfiados, do que seria esta supervisão técnica regional, que de nova talvez tivesse o adjetivo “regional”, mas que de resto parecia o que já de algum modo na SEDESE já se fazia. Logo, depois da primeira parada, muitas perguntas surgiram:

- *Quem vai fazer isso?*
- *Já está tudo pronto?*
- *Quais as diferenças com aquilo que a gente já faz com os municípios?*

As perguntas postas nesta segunda parada revelavam as inquietações que todos nós tínhamos em torno desta viagem rumo à supervisão técnica regional em Minas Gerais. Por isso, ainda na preparação dessa viagem, a SEDESE avaliou que seria necessário, logo no seu início, fazer uma parada para todos entendermos os sentidos dela e o roteiro que precisávamos acordar para que pudéssemos chegar bem e juntos.

Aqui seguem os registros do que aconteceu nesta parada “teórico-metodológica”, que contém justamente a justificativa e as referências para dar a direção para a viagem que estava apenas começando. O que aqui está registrado é resultado de diálogos com os diferentes viajantes, supervisores da AMM, trabalhadores do SUAS de Minas Gerais, supervisores e gestores SEDESE, gestores municipais, consultores, pesquisadores.

Registro 1 – Justificativa da proposta metodológica

Redescobrir a dimensão política é redescobrir o encanto da profissão em oposição ao desencanto. É articular realismo com utopia. É ver que o conhecimento e o trabalho podem ser uma alegria. E que a luta tem momentos de êxtase. A dimensão política nos revela que construir uma nova civilização é uma fascinante aventura através da qual nós descobrimos o movimento consciente e nos redescobrimos como sujeitos. (Joaquina Barata Teixeira – VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1989 – Congresso Chico Mendes)

É nessa fala inspiradora da professora Joaquina Barata Teixeira que baseamos a proposta metodológica da supervisão técnica em Minas Gerais: “conhecimento e trabalho podem ser uma alegria”.

Trata-se de uma aposta metodológica na construção coletiva do conhecimento com os pés no chão enquanto eixo estruturante do desenho da proposta de supervisão técnica. Nesse contexto, todos os atores envolvidos no processo de supervisão são igualmente considerados protagonistas dos saberes a serem partilhados, sejam supervisores, gestores, trabalhadores do SUAS nas suas diversas atribuições.

Não se trata de uma questão de retórica a ênfase na construção coletiva do conhecimento. É evidente que cada um dos atores envolvidos traz consigo saberes e experiências, que no processo coletivo podem evidenciar incompletudes e, ao mesmo tempo, perspectivas de novos

saberes e experiências. Se o acúmulo teórico-metodológico de um supervisor técnico se faz imediatamente identificado como “conhecimento”, as experiências acumuladas no cotidiano de gestão, bem como a vivência nos territórios de atuação também se configuram como “conhecimento”.

Boaventura de Souza Santos (2000) tem afirmado que não existe um conhecimento, mas “conhecimentos” e “ignorâncias”. Essa conjugação no plural tanto do conhecimento quanto da ignorância traduz parte do desafio que se coloca a um processo de supervisão técnica que se pretende coletiva, isto é, de reconhecimento mútuo entre seus atores sobre suas respectivas incompletudes e saberes. Desse encontro de saberes é que se possibilitará a construção de novos saberes.

Neste contexto, o instrumento legal que rege a supervisão técnica no âmbito do SUAS se coloca como um saber referencial, do ponto de vista de uma diretriz nacional a ser considerada tanto nas instâncias estadual como municipal. Trata-se de uma racionalidade fundamental para que não se perca o próprio sentido que a supervisão técnica ocupa no processo de aprimoramento e fortalecimento do SUAS voltado para os seus gestores e trabalhadores. Entende-se que a supervisão técnica se articula com a gestão do SUAS não somente sob a égide da sua operacionalização, na forma da prestação de serviços por parte dos seus trabalhadores. Mas, e fundamentalmente, na totalidade que envolve os processos de gestão, em que os trabalhadores do SUAS (e não somente os gestores) são considerados igualmente sujeitos a serem implicados cotidianamente.

Chama-se atenção, nesta direção, à importância da participação dos trabalhadores do SUAS, inclusive no processo de planejamento em que devem ser considerados os saberes acumulados a partir do cotidiano vivenciado nos chãos dos serviços e nos territórios de gestão, e não apenas aqueles constituídos nas suas instâncias burocráticas e administrativas. Pois, de acordo com Celso Furtado (1999), o planejamento envolve racionalidade e criatividade.

Algo é fundamental: o planejamento não deve destruir as raízes da criatividade. Existe esse risco, pois planejar é impor uma racionalidade que será assumida por todos... Seja qual for o nível de desenvolvimento, uma sociedade só se transforma se tiver capacidade para improvisar, inovar, enfrentar seus problemas da maneira mais prática possível, mas numa perspectiva racional (FURTADO, 1999, p. 79).

Esta perspectiva de participação alargada dos trabalhadores do SUAS no ciclo da sua gestão se faz fundamental para que o próprio processo de supervisão não se reduza a uma visão unicamente operativa do cotidiano do trabalho. Tanto gestores como trabalhadores do SUAS são construtores dos processos de gestão.

A partir destes sentidos, encontraram-se pistas para a construção dos referenciais teórico-metodológicos da Supervisão Técnica do SUAS em Minas Gerais, e que permitiram olhar para as seguintes dimensões:

- Supervisão técnica no SUAS como processo e produto coletivo de construção do conhecimento;
- Supervisão técnica como movimento articulador, agregador e participativo entre os sujeitos trabalhadores e gestores do SUAS;
- Supervisão técnica como trabalho crítico, criativo e de “pés no chão” no desenvolvimento e fortalecimento de capacidades requeridas pelo SUAS diante de realidades diversas e de múltiplas escalas socioterritoriais.

Ao mesmo tempo, continuar caminhando em direção ao aprimoramento do SUAS se faz agora mais do que urgente, e todo este processo necessitava ocorrer de um mesmo ponto de partida, que é a realidade na qual está inserida a gestão do SUAS – foco do trabalho da supervisão técnica. Trata-se do concreto vivenciado pelos trabalhadores do SUAS em cada região, cidade e nos territórios em que atuam. Significava constituir um processo de supervisão técnica de frente para a realidade dos municípios, considerando as diversidades e especificidades regionais e, ao mesmo tempo, as particularidades locais, seus territórios vivos e suas territorialidades vividas.

Registro 2. Referenciais teórico-metodológicos para a supervisão técnica

Aqui se fez necessário partir das três dimensões que envolveriam a supervisão técnica:

- 1) Processo e produto coletivo de construção do conhecimento;
- 2) Movimento articulador, agregador e participativo de trabalhadores e gestores do SUAS; e,
- 3) Trabalho crítico e criativo e de “pés no chão” no desenvolvimento e fortalecimento de capacidades requeridas pelo SUAS.

Dessa forma, este registro se organizou em torno de dimensões, princípios e diretrizes da supervisão técnica, buscando construir as primeiras referências teórico-metodológicas a serem desenvolvidas no âmbito do projeto do “Qualifica SUAS” de Minas Gerais.

Registro 2.1. Dimensões de supervisão técnica em Minas Gerais

Em torno de alguns diálogos estabelecidos no registro que tratou da justificativa ou das bases da proposta metodológica da supervisão técnica chegou-se às três dimensões ou interfaces que, combinadas, podem contribuir para a construção da identidade da supervisão técnica a ser desenvolvida no âmbito do SUAS em Minas Gerais.

Trata-se de dimensões que isoladas avançam até certos limites na supervisão técnica, e por isso necessitam articular-se às demais para atingir o sentido da própria supervisão, que se propõe a construir, articuladamente, por sua vez, ao movimento do “Qualifica SUAS”.



Dimensão 1 – Processo e Produto coletivo de construção do conhecimento

Importa reconhecer que a supervisão técnica implica na geração de processos de construção de conhecimentos à medida que fornece “subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos”, como prevê a resolução do CNAS nº 6, de 13 de abril de 2016. Mas também, segundo a mesma resolução, a supervisão técnica deve gerar resultados que possam incidir diretamente no trabalho cotidiano da gestão do SUAS, no sentido de

Elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a ressignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos. (BRASIL, 2013)

Este duplo movimento da supervisão técnica, em gerar processos e produtos no cotidiano da gestão, faz uma marca fundamental para que se observem de forma concreta e dinâmica os novos saberes construídos. O sentido coletivo emerge no exercício do reconhecimento da incompletude dos saberes e na valorização das experiências vivenciadas na gestão, nos territórios e cotidianos das práticas profissionais.

Nesta dimensão, a supervisão técnica se torna um espaço de encontro e trocas de saberes, experiências, práticas, vivências diversas em torno do SUAS, seus dilemas e conquistas. Deixa de ser uma atividade para se transformar em uma ação. Como dizia Ana Clara Torres Ribeiro: “Portanto, todos nós temos atividades. Todavia, isto é diferente da ação – a ação envolve sentido, envolve desígnio” (RIBEIRO, 2014, p. 78).

O sentido coletivo da construção do conhecimento parece ganhar espaço nesta dimensão da supervisão técnica, em que todos os atores envolvidos, e não somente aqueles que se encontram na posição de coordenação dos processos de supervisão, são efetivamente coautores dos conhecimentos produzidos.

Dimensão 2 – Movimento articulador, agregador e participativo entre os sujeitos trabalhadores e gestores do SUAS

A supervisão técnica enquanto movimento diz respeito ao caráter essencialmente dinâmico que o caracteriza na direção de envolver tanto trabalhadores, como gestores, propiciando momentos de diálogo e debates aproximativos sobre as realidades diversas que envolvem a gestão. Nesta dimensão, se busca quebrar eventuais distanciamentos existentes entre gestores e trabalhadores, aproximando-os por meio das questões concretas comuns que envolvem o trabalho cotidiano do SUAS.

Enquanto movimento, esta dimensão reconhece a importância daqueles trabalhadores que normalmente mantêm-se à parte dos eventos de capacitação, por exemplo, justamente pelo fato de verem-se absorvidos pelas urgências e emergências que a gestão lhes impõe. Esta dimensão se coloca como aquela que estará atenta para mobilizar trabalhadores e gestores que ocupam não somente cargos de coordenação, mas o conjunto dos trabalhadores e gestores do SUAS das cidades e respectivas regiões.

Dessa forma, o grau de representatividade na supervisão técnica deverá levar em conta variáveis de proporcionalidade numérica em relação à quantidade de trabalhadores e gestores ativos, como também de proporcionalidade das questões estratégicas de trabalho em pauta e equidade na oportunidade de participação em processos de educação permanente.

Dimensão 3 – Trabalho crítico, criativo e de “pés no chão” no desenvolvimento e fortalecimento de capacidades requeridas pelo SUAS diante de realidades diversas e de múltiplas escalas socioterritoriais

Esta terceira dimensão relacionada diretamente ao trabalho cotidiano do SUAS na perspectiva do desenvolvimento e fortalecimento de capacidades requeridas pelo sistema, coloca-se como central para fazer avançar e superar o caráter imediatista e assistencialista, que se encontra ainda presente em determinados contextos de gestão.

Sabe-se que momentos de supervisão técnica podem ser confundidos, pelo menos, com algumas situações que se polarizam, como:

- Supervisão como discussão de casos: equipes de trabalhadores que apresentam “casos-problemas” para serem resolvidos pelo supervisor ou reclamações sobre o dia a dia do trabalho para uma espécie de “terapia em grupo”;
- Supervisão como capacitação: supervisores que se colocam como palestrantes de temas genéricos, que não necessariamente se articulam com as questões concretas do cotidiano da gestão do SUAS; e,
- Supervisão como arena corporativa: supervisores e equipes que disputam a supervisão técnica como espaço para domínio de determinada categoria profissional em detrimento de outras.

E, talvez outras situações poderiam ser descritas a partir das experiências vivenciadas, e que colocam importantes desafios na direção de uma supervisão técnica voltada ao trabalho crítico, criativo e com os “pés no chão”. Nesta dimensão a valorização do conhecimento dos trabalhadores e gestores sobre as respectivas realidades locais e regionais se fazem essenciais.

Trata-se da dimensão contextualizada que a supervisão técnica deve adquirir à medida de seu desenvolvimento. Neste ponto é que os fundamentos e diretrizes do SUAS encontram seus sentidos, no confronto com os desafios e as condições concretas que cada realidade, cada contexto de gestão, colocam nos momentos constitutivos da supervisão técnica.

Registro 2.2. Princípios norteadores da supervisão técnica do SUAS em Minas Gerais

Pensar a supervisão técnica do SUAS remete, dentre outras perspectivas, à formação sócio-histórica brasileira, cujas fundações e marcas encontram-se alicerçadas na colonização, no massacre das populações indígenas e na escravidão indígena e africana. Olhar para este processo societário brasileiro no âmbito da supervisão técnica se faz importante, pelo fato deste tipo de trabalho envolver dinâmicas relacionais entre grupos profissionais distintos, em que determinados profissionais são designados para subsidiar o trabalho de outros.

Trata-se de um trabalho articulado à educação permanente, e apesar disso corre o risco de reproduzir relações de supervisão com marcas autoritárias, verticalizadas, em que o supervisor se coloca como o detentor de todo o saber. Ou ainda se faz uma supervisão de tal forma distanciada, em que se termina ignorando ou mesmo destruindo o saber daqueles que estão envolvidos no processo, e que de fato são os atores e atrizes que possuem a vivência mais próxima da gestão posta em questão.

Porém, existe a contraface da resistência que marca a história de povos indígenas e trabalhadores rurais no Brasil. E, para tanto, José de Souza Martins traça algumas fases desse processo histórico que envolve essas populações:

Para compreender corretamente o tema, entendo que é necessário trabalhar com uma concepção de *amplitude do espaço maior* do que aquela envolvida em cada conflito fundiário e em cada enfrentamento tribal. Do mesmo modo, é necessário trabalhar com uma *dimensão de tempo mais dilatada* do que aquela que encerra um acontecimento singular. Os casos isolados não revelam a verdadeira natureza do processo histórico, que tem hoje índios e camponeses como sujeitos fundamentais. (MARTINS, 1993, p. 71)

Esta referência de Martins faz contraponto à perspectiva de um processo sócio-histórico fundado exclusivamente em sua face autoritária, ao trazer à tona os processos de luta e resistência que também marcam a sociedade brasileira a partir dos povos indígenas e dos trabalhadores rurais. O autor, ao mesmo tempo, alerta para a necessidade de alargamento das dimensões do tempo e do espaço ao analisar os acontecimentos que envolvem estas populações. Alerta para que não sejam tomados como casos isolados, mas como expressão da verdadeira natureza do processo histórico.

Esta contraface a partir do “outro lado”, o lado dos “colonizados” e “escravizados” insere outra perspectiva e um diálogo necessário no conflituoso campo em que se insere a supervisão técnica, em que o mundo acadêmico tem caminhado a passos largos no seu distanciamento com o cotidiano das políticas públicas e das práticas profissionais nele presentes.

Como já afirmava Jose Crus e Joaquina Barata Teixeira:

Esse diálogo é urgente, porque a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde cada ser social se sinta como sujeito de direitos e da história, investido de cidadania real, põe-se no horizonte do século XXI como exigência que tem pressa, uma vez que o reino da necessidade vem obscurecendo o reino da liberdade, revelando uma violação e devastação sem precedentes na espécie humana. Esse destino tenebroso ameaça a todos nós. (CRUS e TEIXEIRA, 2014, p. 85)

Além dos referenciais normativos no âmbito do SUAS, que tratam da educação permanente e da supervisão técnica, tais princípios tiveram como referencial privilegiado, as reflexões resultantes dos debates promovidos no I Seminário Nacional da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente do SUAS, realizado em Brasília, entre os dias 26 e 27 de maio de 2014.

Portanto, os princípios propostos para a supervisão técnica em Minas Gerais são fruto do encontro dos exercícios reflexivos em torno das análises dos documentos normativos do SUAS no âmbito da educação permanente, dos indicadores que apontam a complexa realidade do estado de Minas Gerais e seus 853 territórios e do acúmulo de experiências e reflexões em torno da temática.

Deste encontro de variadas fontes de análise, se buscou criar pontes de conexão e sentidos para balizar as diretrizes propostas pela Resolução CEAS/MG nº 522/2015, que aprovou o Programa Estadual de Qualificação da Gestão Descentralizada do SUAS – Programa Qualifica SUAS – voltadas para o Eixo 4 – Supervisão Técnica aos trabalhadores do SUAS.

Neste sentido, os princípios norteadores da supervisão técnica do SUAS em Minas Gerais aqui propostos, se delineiam na busca por uma construção coletiva do conhecimento voltada para o reino da liberdade. Para tanto foram destacados cinco princípios:

- a) o reconhecimento do território e suas multiescalas em Minas Gerais;
- b) o respeito à diversidade sociocultural;
- c) a centralidade no usuário do SUAS como sujeito de direito;
- d) o sentido público do trabalho da supervisão técnica no SUAS; e,
- e) o diálogo como base da supervisão técnica democrática.

Princípio 1 – Reconhecimento do território e suas multiescalas em Minas Gerais

Minas Gerais se constitui não somente como o estado com maior quantidade de municípios do país, como também apresenta uma multiplicidade de escalas quanto aos seus portes populacionais. Este reconhecimento das distintas e variadas escalas territoriais se coloca como princípio básico no processo de supervisão técnica. Entender o contexto socioterritorial em que se dará a supervisão técnica se coloca como o primeiro passo para um processo horizontal e de proximidade com os seus participantes.

Trata-se de apreender o sentido do “território usado” na perspectiva de Milton Santos ou do “território praticado” como costumava se referir Ana Clara Torres Ribeiro, seguindo na linha de Milton Santos.

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2012, p. 137)

Importa neste reconhecimento do território usado atentar-se para as vivências que se dão nos territórios, por aqueles agentes que deles fazem uso cotidianamente, seja neles residindo em suas casas ou nas ruas, trabalhando, movimentando-se, usufruindo de seus bens e serviços. O território não pode ser confundido como sinônimo e exclusivamente como local de residência. Seus usos, como suas escalas são múltiplos.

As escalas dizem respeito não somente aos limites geográficos que determinam as fronteiras entre bairros, distritos, municípios ou regiões. As escalas se referem também a conteúdos que lhes proporcionam significados. Por isso se faz necessário romper as barreiras institucionais que tendem a confinar os territórios a uma escala administrativa.

Importa lembrar que em novembro de 2015 municípios localizados ao longo do Rio Doce, abrangendo os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foram atingidos pelo desastre do rompimento da barragem da empresa Samarco em Mariana. Difícil medir os impactos deste acidente somente sob o viés administrativo. Foram bens materiais e imateriais que se foram, histórias de vida e vínculos socioterritoriais rompidos. Compreender estas dinâmicas que marcam o cotidiano dos territórios é também uma forma de reconhecê-los.

Princípio 2 – O respeito à diversidade sociocultural

Articulado ao reconhecimento dos territórios se faz presente o princípio do respeito à diversidade sociocultural, que as populações espalhadas pelos 853 municípios e regiões mineiras são construtoras. Dessa forma, a semelhança das características socioeconômicas que podem classificar um conjunto de municípios sob determinada tipologia, pode ser imediatamente desfeita ao se considerar a formação sociocultural destes mesmos municípios.

Os processos formativos de cada território são marcados por experiências e vivências que lhes conferem diversidades socioculturais, “rugosidades” diferenciadas. De acordo com Santos e Silveira,

Algumas áreas dispõem de um longo passado histórico, constituindo acumulações mais carregadas de história. Em outras, esse tecido é mais tênue. Em todos os casos, as rugosidades, isto é, as heranças, tem um papel importante, porque constituem condições para a implantação de novas variáveis. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 250)

Reconhecer e respeitar as heranças dos territórios a partir dos quais se fará concretizar processos de supervisão técnica, pressupõe olhar para suas marcas particulares e diversas em relação às de outros territórios.

Sabe-se que Minas Gerais possui incontáveis riquezas socioculturais que perpassam o mundo das artes, da literatura, da música, da dança, chegando até à mesa e seus variados quitutes. Mas também há que se reconhecer seu histórico de luta e resistência desde os tempos coloniais. Heranças mineiras que se fazem presentes no cotidiano da gestão do SUAS e necessitam ser valorizados.

Para tanto, o processo de supervisão técnica, enquanto parte da educação permanente proposta pelo SUAS, implica em valorizar o “aprender a aprender”, como afirma Professora Maria Carmelita Yazbek:

Educar é fazer emergir a experiência de aprendizagem e criatividade para a construção de novos conhecimentos. Não se trata, portanto, apenas da aquisição de conhecimentos já prontos e disponíveis, mas do desenvolvimento da capacidade de aprender. (YAZBEK, 2014, p. 135)

Por vezes, tanto o sujeito conhecedor da realidade em que se dá o trabalho profissional, como aquele considerado “de fora”, no contexto da supervisão técnica, podem correr o risco de pensar que já conhecem a realidade em que se encontram inseridos e que, portanto, não há mais o que se aprender.

Neste sentido é que se faz necessário aprender a aprender, valorizar as diversidades socioculturais presentes na realidade, porém, nem sempre visíveis.

Princípio 3 – A centralidade no usuário do SUAS como sujeito de direito

Este princípio, embora preconizado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, referendado nos dispositivos da Política Nacional de Assistência Social de 2004 e pelas Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012, se faz necessário sua presença enquanto centralidade política, para fazer frente ao próprio processo histórico de práticas marcadamente autoritárias e assistencialistas desenvolvidas no Brasil no campo socioassistencial.

Se os territórios mineiros possuem heranças socioculturais a serem valorizadas pelo SUAS, nunca é demais lembrar que a assistência social no Brasil apresenta heranças calcadas nas práticas da benemerência e da filantropia, com base nas relações de favor e subalternidade entre aquele que oferta e o que recebe. Tais heranças colocam-se como importantes obstáculos à efetivação da noção do direito, independente da contrapartida contributiva do cidadão brasileiro.

Permanece no Brasil a sobrevalorização do trabalho como mediação privilegiada para o acesso ao direito social. Dessa forma, os direitos no campo socioassistencial são considerados pela sociedade brasileira como direitos de “segunda categoria” e, por isto, encontram-se constantemente ameaçados de serem usurpados. Vide a Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu um novo regime fiscal de teto dos gastos públicos para os próximos 20 anos, e no qual a política de assistência social está sendo fortemente atingida.

Neste contexto, se faz necessário fortalecer a centralidade no usuário do SUAS como sujeito de direito, enquanto princípio fundamental do processo de supervisão técnica, pois se constitui em um pressuposto condicional deste trabalho. É a base e, ao mesmo tempo, a finalidade da supervisão técnica, sem o qual o trabalho perde seu sentido.

Princípio 4 – Sentido público do trabalho de supervisão técnica do SUAS

Se o reconhecimento do usuário do SUAS como sujeito de direito se coloca como condição do sentido do trabalho de supervisão técnica, igualmente se faz necessário reconhecê-lo também no seu sentido público. Isto é, a supervisão técnica faz parte da responsabilidade pública do próprio SUAS e, portanto, trata-se de um trabalho que também deve ser baseado em princípios republicanos de transparência e em sintonia com as prerrogativas da política pública de assistência social. Não há lugar, neste contexto, para o uso de referências baseadas no senso comum ou em concepções pessoais dissociadas daquelas previstas na política pública de assistência social.

O artigo 4º da Resolução do CNAS que trata da Supervisão Técnica deixa claro o horizonte deste trabalho, que consideramos relevante sublinhar mais uma vez neste documento:

A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a resignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos. (BRASIL, 2016, Art. 4º)

Em última instância, a supervisão técnica objetiva potencializar o SUAS quanto ao “pleno cumprimento de suas funções e seguranças, na perspectiva da garantia de direitos”. Trata-se, portanto, de um princípio também fundamental para fortalecer o sentido público da política de assistência social.

Embora o processo de supervisão técnica possa aparentar uma experiência restrita ao corpo técnico do SUAS, trata-se efetivamente de um trabalho que visa fortalecer e aprimorar sua capacidade instalada de gestão, o que contribui para a garantia do acesso dos cidadãos aos direitos sociais.

Princípio 5 – O diálogo como base da supervisão técnica democrática

Faz-se importante constituir um princípio metodológico norteador das relações a serem estabelecidas no âmbito da supervisão técnica, que mantenha uma coerência com os demais princípios aqui estabelecidos. Dessa forma é que se propõe indicar o diálogo como base para a supervisão técnica que se proponha democrática, na perspectiva de fortalecer o sentido coletivo e participativo da construção do conhecimento, da troca de saberes, da escuta das diferentes referências e experiências vivenciadas no cotidiano da gestão.

Neste contexto, o diálogo se coloca tanto para as dinâmicas relacionais entre supervisores e o grupo em supervisão até entre os próprios participantes do processo de supervisão técnica, enquanto exercício para vivência de processo de supervisão democrática e participativa e, ao mesmo tempo, na produção coletiva de novos conhecimentos.

A professora Maria Carmelita Yazbek (2014), ao referenciar-se à Política Nacional de Educação Permanente – PNEP, indica a dimensão política do trabalho profissional na indissociabilidade entre “conhecimento, ação e direção política da ação” (YAZBEK, 2014, p. 135).

Por sua vez, o quadro que contextualiza esta afirmação da autora quanto à dimensão política do trabalho profissional traz à tona o papel ativo dos trabalhadores do SUAS no processo educativo proposto pela PNEP, e do qual a supervisão técnica se faz integrante.

Neste sentido, traz a exigência de que os trabalhadores da Assistência Social sejam sujeitos de sua própria educação e não objeto dela. Portanto, sujeitos ativos na construção de seu conhecimento, responsabilizando-se por sua educação, procurando meios que levem ao seu crescimento e aperfeiçoamento de sua ação. Estamos assim diante de um processo dinâmico e contínuo que permite o desenvolvimento do pensamento livre e da consciência crítico-reflexiva comprometida com a ação. (YAZBEK, 2014, p. 134)

Importante destacar nesta afirmativa de Yazbek o processo educativo “comprometido com a ação”, e nesta direção é que o princípio do diálogo na supervisão técnica encontra sua base concreta: o compromisso com a ação cotidiana dos trabalhadores e gestores do SUAS. É neste chão que o diálogo ganha seu sentido, para não se incorrer no risco de transformar a supervisão técnica em mais um espaço verticalizado, reprodutor de relações autoritárias e elitistas, e de mão única, em que somente o saber “de fora” tem lugar.

Talvez resida aqui um dos mais importantes desafios metodológicos a ser traçado na direção de uma supervisão técnica democrática, e que o princípio do diálogo se faz essencial, porque se reconhece a incompletude frente ao outro.

Registro 3 – Diretrizes da Supervisão Técnica do SUAS em Minas Gerais

Tendo como referência a Resolução CEAS/MG nº 522/2015, que aprovou o Programa Estadual de Qualificação da Gestão Descentralizada do SUAS – Programa Qualifica SUAS, importa considerar as diretrizes estabelecidas para o eixo 4 – Supervisão Técnica aos trabalhadores do SUAS.

Como afirma a professora Maria Carmelita Yazbek, ao tratar da educação permanente no SUAS e o papel da universidade, no qual se encontra inserido o papel da supervisão técnica:

Considero que o bom aproveitamento desse processo de educação permanente exige sua vinculação à realidade, refletir sobre os fundamentos do que está acontecendo, buscando clareza na construção de nossas explicações, na construção de nossa consciência social e política do contemporâneo, na perspectiva de delinear resistências, construir novos caminhos, perspectivas, alternativas e utopias coletivas. É preciso incorporar vida e competência na formação humana e não preparar para o mercado competitivo. (YAZBEK, 2014, p. 135)

Trata-se de horizontes propostos para a supervisão técnica do SUAS em Minas Gerais, e que servirão de bússola para o desenvolvimento desta responsabilidade pública e desafiadora.

Diretriz 1 – Parcerias para supervisão técnica

Compete a SEDESE propor parcerias para o desenvolvimento das ações de supervisão técnica, voltadas para garantir maior capilaridade de suas ações, assim como a realização de estratégias de regionalização e descentralização.

Diretriz 2 – Diagnóstico e plano de supervisão técnica

Elaborar o diagnóstico e o planejamento do Plano de Supervisão Técnica com a identificação das prioridades para a gestão e provimento de serviços e benefícios socioassistenciais.

Diretriz 3 – Articulação entre plano de supervisão técnica e ações de apoio e assessoramento

Interligar o Plano de Supervisão com as ações de apoio e assessoramento técnico de forma articulada e complementar, com foco nas dificuldades ou fragilidades identificadas para cada eixo dos percursos formativos da política nacional de educação permanente do SUAS: gestão do SUAS; provimento de serviços e benefícios; e controle social do SUAS.

Diretriz 4 – Supervisão técnica em nível regional

Oferecer supervisão técnica em nível regional, com apoio das Diretorias Regionais da SEDESE e parceiros. Deverá ser realizada por meio da mobilização e participação das equipes de trabalho para estudo e reflexão acerca de questões ou problemas relacionados aos processos de trabalho e práticas profissionais, visando a formulação e experimentação de alternativas de solução e superação dos problemas e questões motivadoras.

A expectativa é que tais horizontes transformados em diretrizes possam, de fato, constituir-se em parâmetros capazes de dar concretude às três dimensões da supervisão técnica aqui propostas:

1. Supervisão técnica no SUAS como processo e produto coletivo de construção do conhecimento;
2. Supervisão técnica como movimento articulador, agregador e participativo entre os sujeitos trabalhadores e gestores do SUAS;
3. Supervisão técnica como trabalho crítico, criativo e de “pés no chão” no desenvolvimento e fortalecimento de capacidades requeridas pelo SUAS diante de realidades diversas e de múltiplas escalas socioterritoriais.

O desafio que se coloca é que possamos evidenciar o conhecimento a partir do fazer das equipes de referência, que tem profissionais de nível fundamental, médio e superior, com diferentes perfis e competências, conjugando as dimensões ética, política e técnica. (ALBUQUERQUE e SILVA, 2014, p. 98)

No processo de construção coletiva de uma metodologia de Supervisão Técnica no SUAS de Minas Gerais, e buscando seguir uma lógica calcada nas referências teórico-metodológicas já acumuladas, nas regulações já definidas sobre o tema e nas experiências vivenciadas, percebeu-se a necessidade de um reconhecimento tanto do chão como da gestão do SUAS nas 22 regionais.

Era preciso fazer nova parada para este reconhecimento do chão e da gestão do SUAS nas 22 regionais. Seguimos viagem.

3ª Parada: Diagnóstico Socioterritorial

Chegamos à terceira parada da viagem, trazendo o desafio deixado pelas duas primeiras paradas de que uma supervisão técnica “com os pés no chão” não poderia começar sem uma leitura deste chão. Decidimos, então, que este chão seria a contextualização regional da SEDESE, que subsidiaria a sistematização dos diagnósticos regionais. Desta forma, os conteúdos trabalhados nesta terceira parada correspondem a uma introdução aos diagnósticos regionais do SUAS em Minas Gerais, que foram consolidados na forma de cinco macrorregiões: Nordeste, Oeste, Central, Leste e Sul.

Sabe-se que a escala regional se coloca ainda como um importante desafio no âmbito da gestão pública brasileira, em que a governança interfederativa é ainda marcada por processos de frágil cooperação, apesar dos avanços conquistados no âmbito do SUAS de dispositivos de pactuação tri e bipartites. A própria dimensão geográfica do estado de Minas Gerais se coloca como um desafio para a compreensão e incorporação da escala regional enquanto base de gestão do SUAS. Associadas a este universo de 853 municípios, se faz fundamental considerar ainda as discrepâncias socioeconômicas e diversidades socioculturais e territoriais presentes no cotidiano dessas cidades.

Assim, para além de se constituir como uma ferramenta de gestão, o diagnóstico socioterritorial em escala regional para o estado de Minas Gerais configura-se como elemento-chave para o (re)conhecimento de suas demandas e respostas de proteção social e defesa dos direitos socioassistenciais.

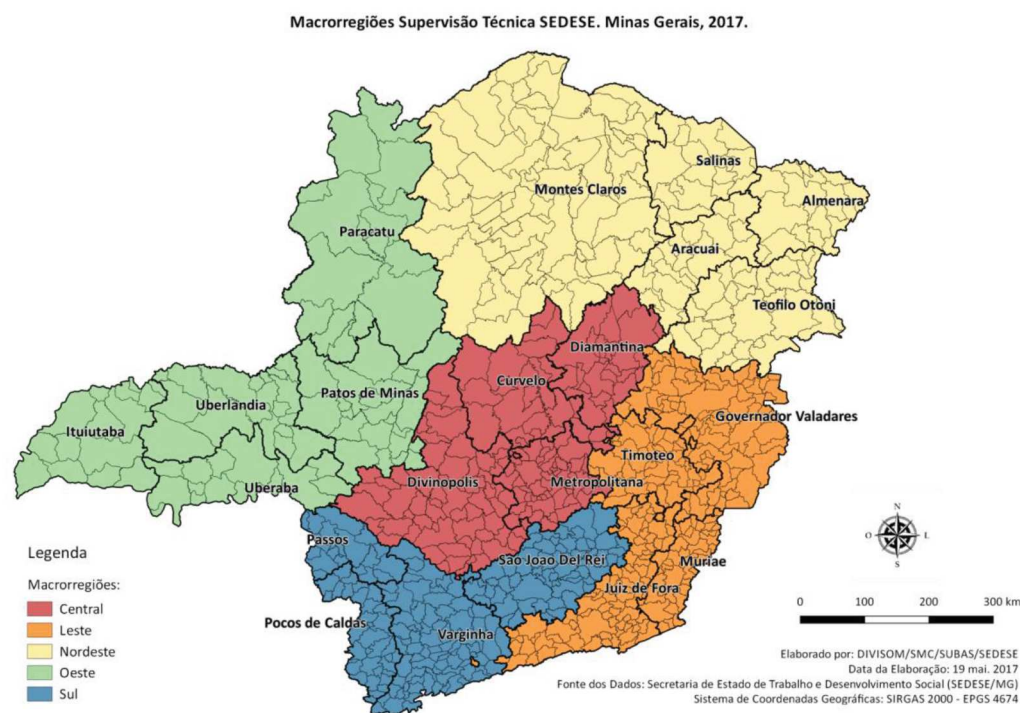
Da mesma forma como cada município apresenta diversidades e particularidades socioterritoriais em sua dinâmica cotidiana de gestão do SUAS, se fez necessário desvendar como estas diversidades e particularidades se manifestam na escala regional, configurando demandas comuns de processos de trabalho a serem discutidos no âmbito da supervisão técnica. Isso revela a importância deste início de processo incluir as prioridades de gestão já identificadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social e que esta contextualização regional pretendesse também iluminá-las e (re)dimensioná-las associando-as a outros indicadores.

Neste sentido, entendeu-se também que a leitura da realidade de Minas Gerais em cada uma das macrorregiões se coloca como tarefa urgente e primordial para o início do processo de supervisão técnica em escala regional.

Registro 1 – Contexto Macrorregional

Para fins do Diagnóstico Regional, a SEDESE optou pela organização das 22 regionais em cinco macrorregiões, seguindo a diretriz estabelecida para o desenvolvimento da Supervisão Técnica. Dessa forma, as leituras territoriais do conjunto dos municípios mineiros tiveram na escala regional seu foco de análise, buscando identificar similitudes e, ao mesmo tempo, diversidades e desigualdades socioterritoriais que impactam na relação proteção/desproteção social que envolve o SUAS em Minas Gerais e, de forma muito concreta o cotidiano dos trabalhadores e gestores.

FIGURA 1 - Mapa dos municípios mineiros agrupados pelas 22 regionais



Fonte: Elaborado pela DIVISOM/SEDESE, 2017.

Dessa forma, a distribuição das 22 regionais nas cinco macrorregiões estabeleceu o seguinte quadro:

QUADRO 1 - Distribuição das Regionais SEDESE por Macrorregião

Macrorregião	Regionais Sedese correspondentes	Nº de regionais abrangidas	Nº de municípios abrangidos
Oeste	Ituiutaba - Paracatu - Patos de Minas - Uberaba - <u>Uberlândia</u>	5	87
Nordeste	Almenara - Aracuaí - Montes Claros - Salinas - Teófilo Otoni	5	156
Central	Curvelo - Diamantina - Divinópolis - Metropolitano	4	158
Sul	Passos - Pocos de Caldas - São João Del Rei - Varginha	4	200
Leste	Governador Valadares - Juiz de Fora - Muriae - Timoteo	4	252
Total	22	22	853

Fonte: SEDESE, 2017.

Observa-se que embora a distribuição das macrorregiões mantenha a média de quatro a cinco regionais, a Macrorregião Oeste é a que apresenta o menor número de municípios (87), sendo a Macrorregião Leste a que abrange maior número de municípios (252). Em relação à população total residente, destaca-se a Macrorregião Central com 8,8 milhões de habitantes, enquanto que a Macrorregião Sul apresenta o número mais reduzido de população, com 2,4 milhões de habitantes.

Ou seja, o dimensionamento das macrorregiões considerou tanto o número de municípios e suas localizações pela proximidade em relação aos pontos cardeais do estado de Minas Gerais, como também observou a concentração populacional, indicando realidades regionais diversas e igualmente complexas. Sem dúvida, o fato de o estado de Minas Gerais concentrar o maior número de municípios em relação aos demais estados brasileiros o coloca em uma condição desafiadora do ponto de vista da abrangência de análise, de leitura de suas diversidades e particularidades.

Dessa forma, a leitura regional se torna uma escala necessária e fundamental para compreender seus múltiplos territórios e territorialidades.

Assim, o contexto regional a partir da configuração demográfica dos municípios se constitui como o ponto de partida para se pensar a gestão da política de assistência social. O caminho escolhido parte dos 853 municípios, que se agregam por regionais e macrorregiões. A partir dos dados disponíveis (tanto populacionais censitários, como territoriais cadastrais) se pretendeu chegar a cinco diagnósticos macrorregionais em uma primeira etapa, para que então se tivesse uma base para construções futuras de diagnósticos socioterritoriais, que deverão balizar os planos regionais de supervisão técnica.

As referências utilizadas para compor os conteúdos destes primeiros diagnósticos socioterritoriais fazem parte do documento produzido no âmbito da contextualização construída como base para o II Plano Decenal do SUAS – 2016-2026, e que resultou na produção do Caderno SUAS 10 e cadernos estaduais para subsidiar as conferências estaduais que ocorreram em 2015.

Consideramos fundamental estabelecer como referência a mesma metodologia utilizada para a construção do II Plano Decenal, pois é dessa forma que poderemos fazer avançar na direção do SUAS que queremos, a partir da clareza do SUAS que temos em Minas Gerais. A estas referências foram acrescentadas informações atualizadas e sistematizadas pela equipe de Vigilância Socioassistencial da SEDESE, com base nos dados do Censo SUAS 2015, do Censo IBGE 2010 e do CAD Único 2017.

Registro 2 – Contexto Populacional

Essa — tradicional, pessimista talvez ainda, às vezes casmurra, ascética, reconcentrada, professa em sedições — a Minas geratriz, a do ouro, que evoca e informa, e que lhe tinge o nome; a primeira a povoar-se e a ter nacional e universal presença, surgida dos arraiais de acampar dos bandeirantes e dos arruados de fixação

do reinol, em capitania e província que, de golpe, no Setecentos, se proveu de gente vinda em multidão de todas as regiões vivas do país, mas que, por conta do ouro e dos diamantes, por prolongado tempo se ligou diretamente à Metrópole de além-mar, como que através de especial tubuladura, fluindo apartada do Brasil restante. Aí, plasmado dos paulistas pioneiros, de lusos aferrados, de baianos trazedores de bois, de numerosíssimos judeus manipuladores de ouro, de africanos das estirpes mais finas, negros reais, aproveitados na rica indústria, se fez a criatura que é o mineiro inveterado, o mineiro mineirão, mineiro da gema, com seus males e bens. Sua feição pensativa e parca, a seriedade e interiorização que a montanha induz – compartimentadora, distanciadora, isolante, dificultosa. (GUIMARÃES ROSA, 1957)

O jeito mineiro de ser, na versão de Guimarães Rosa, guarda algumas feições em função da própria configuração geográfica de suas terras, misturadas ao processo de ocupação e formação de sua população *“surgida dos arraiais de acampar dos bandeirantes e dos arruados de fixação do reinol... de gente vinda em multidão de todas as regiões vivas do país”*, para no século XXI tornar-se o estado de maior concentração de municípios do país.

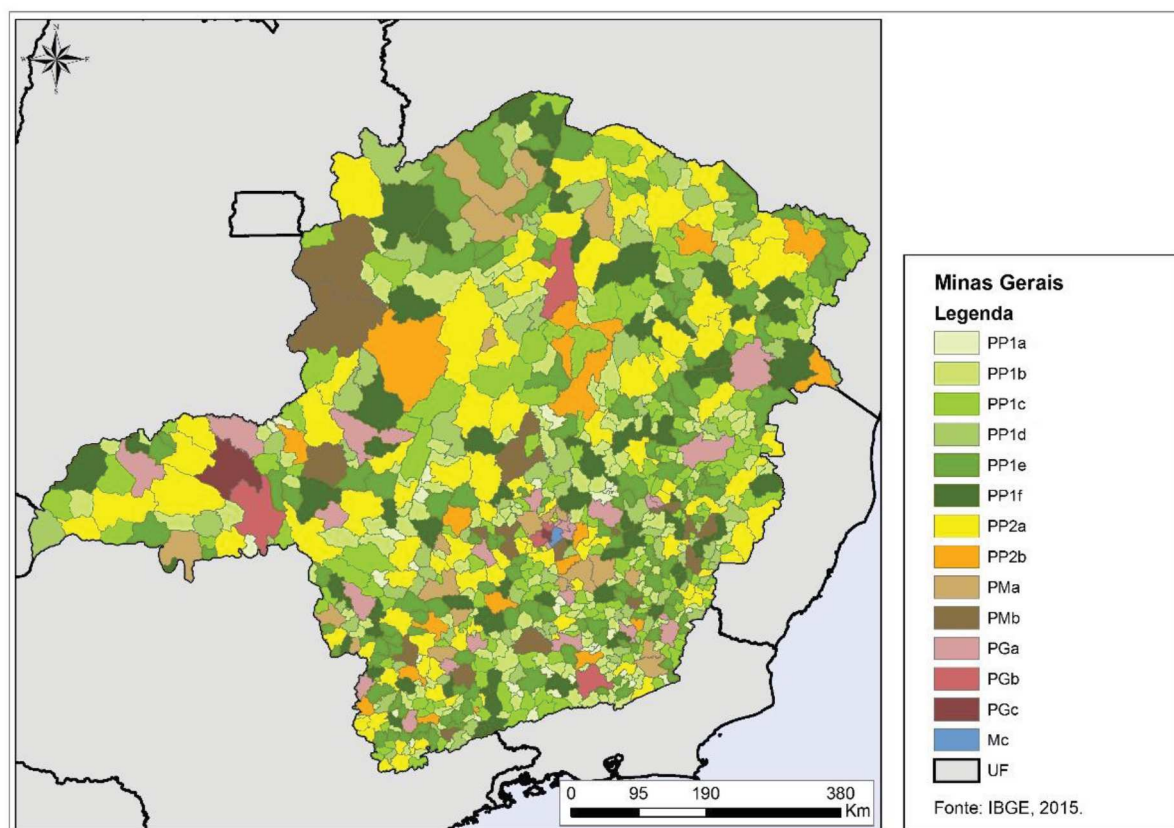
Considerar este processo formativo da população mineira pelos diferentes territórios se coloca como condição primeira para compreender a Minas Gerais que se mostra no século XXI, importando considerar ainda as diretrizes colocadas pelo II Plano Decenal do SUAS (2016-2026), com destaque para a primeira delas, que afirma a necessidade da:

PLENA UNIVERSALIZAC’AO DO SUAS, TORNANDO-O COMPLETAMENTE ACESSIVEL, COM RESPEITO A DIVERSIDADE E A HETEROGENEIDADE DOS INDIVIDUOS, FAMILIAS E TERRITORIOS.

Tornar os serviços e benefícios socioassistenciais acessíveis, garantindo que sua qualificação e ampliação sejam orientadas pelo conhecimento e reconhecimento das diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios e das manifestações de desigualdades que expressem demandas no campo da proteção social não contributiva. (BRASIL, 2016, p. 27)

Comparativamente à região Sudeste, Minas Gerais concentra 51,1% (853) do total de 1.668 municípios que compõem a região. No estado, especificamente, o agrupamento Pequeno Porte I agrega 78,2% do total das cidades mineiras, mas aquelas com até 7.500 habitantes são 59,1%% das cidades deste porte. As cidades do Pequeno Porte II são 117 correspondendo a 13,7% do total; de Médio Porte concentra 37 (4,3%) cidades; o Grande Porte tem 31 cidades, ou 3,6% do total e conta com uma Metrópole (Belo Horizonte).

FIGURA 2 - Mapa da distribuição dos municípios por porte – estado de Minas Gerais



Fonte: Brasil, 2015b.

A maior parte da população (33,2%) está concentrada nas cidades de Grande Porte do estado; a segunda maior incidência distribui-se nas cidades de Pequeno Porte I (25%). As 117 cidades de Pequeno Porte II concentram 16,9%. Médio Porte apresenta 37 cidades e 12,9% da população, e na metrópole vivem 12% da população do estado. A densidade populacional no agrupamento de Pequeno Porte I (15,6 hab./Km²) é 484 vezes menor que a Metrópole (7.555,4 hab./Km²). A concentração na capital, Belo Horizonte, com densidade de 7.551,4 hab./km² é discrepante do conjunto das demais cidades, principalmente daquelas de Pequeno Porte I e II que são a maioria no estado (91,9%).

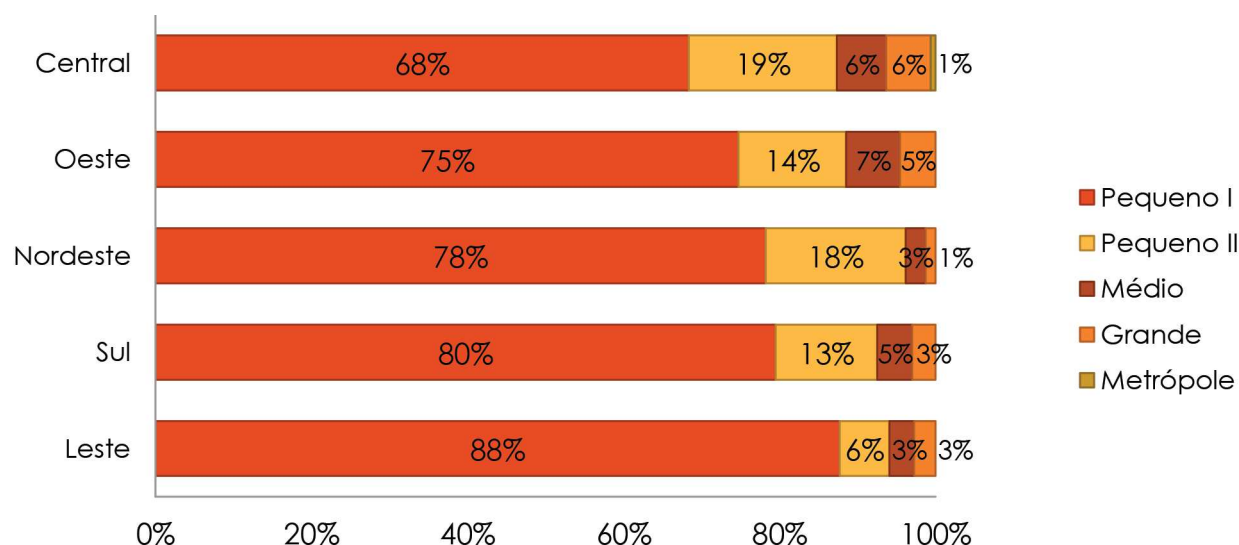
Minas apresenta na sua configuração populacional marcadamente de porte pequeno e, ao mesmo tempo, distinta e discrepante em relação à capital do estado, Belo Horizonte. Mesmo no entorno da capital, apesar da presença de cidades de Grande e Médio Porte, as de Pequeno Porte se fazem também presentes.

Embora as macrorregiões apresentem-se semelhantes quanto ao predomínio de municípios de Pequeno Porte I, a Macrorregião Central é a que apresenta o menor percentual (68%) dessa presença no total dos municípios, enquanto que na Macrorregião Leste este percentual sobe para 88% dos municípios com menos de 20.000 habitantes. Em contraponto, a Macrorregião Central é a que apresenta o maior percentual de municípios de Pequeno Porte II (19%), enquanto que a Macrorregião Leste é a que apresenta o menor percentual de municípios deste porte, com apenas 6%.

SUPERVISÃO TÉCNICA REGIONAL EM MG

Em relação aos municípios de Grande Porte, a Macrorregião Nordeste é a que apresenta o menor percentual (1%), enquanto que a Macrorregião Central apresenta o maior percentual, com 6% dos seus municípios na faixa de mais de 100.000 a 900.000 habitantes.

GRÁFICO 1 - Distribuição percentual dos municípios de Minas Gerais por porte populacional, por macrorregião



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

Quanto ao Ciclo de Vida

Ao se tomar o ciclo de vida das populações residentes nas macrorregiões em suas polaridades (população infanto-juvenil e idosos) percebemos que há duas que destoam das demais: a Macrorregião Nordeste que apresenta o maior percentual de crianças até 14 anos (26,6% frente a 22,4% – média de Minas Gerais) e a Macrorregião Leste, que concentra o maior percentual de população com 65 anos ou mais (9,1% contra 8,1% que é a média de Minas Gerais).

Assim, a macrorregião Nordeste parece apresentar-se como aquela que concentra famílias jovens, com filhos ainda pequenos, enquanto a Macrorregião Leste se caracteriza como aquela com predomínio de população mais idosa. A Macrorregião Sul apresenta um percentual próximo à Macrorregião Leste em relação à presença desta população idosa, alcançando o patamar de 8,8%. Em relação à população jovem (15 a 17 anos de idade), a Macrorregião Nordeste também se destaca das demais, concentrando o maior percentual dentre todas, ficando com 6,3% do total de sua população nesta faixa etária, enquanto a média de Minas Gerais é de 5,3%,

Quanto à escolaridade e renda da população adulta

Também em relação à escolaridade da população adulta (com mais de 25 anos) é possível observar discrepâncias entre as macrorregiões, indicando que mais da metade dessa população em Minas Gerais (53,6%) encontra-se na condição de sem instrução e com fundamental

incompleto, ou seja, com precária escolaridade. Dentre as macrorregiões, destaca-se a Nordeste, com 66,2% de sua população adulta em precária escolaridade, sendo também a que apresenta, em contraponto, o menor percentual (6,5%) de população adulta que tenha atingido a escolaridade superior completa.

Será a macrorregião Central que apresentará a menor precariedade escolar do estado de Minas Gerais, com 46,4% da população adulta nesta condição e, ao mesmo tempo, será a macrorregião com maior percentual (13%) de adultos com escolaridade superior completa, superando a média de 10,6% do estado.

TABELA 1 - Incidência comparativa da escolaridade precária e superior completa na população adulta, por macrorregião

Macrorregião	Total Aproximado População com 25 anos ou mais	Total sem instrução e fundamental incompleto	% Sem instrução e fundamental incompleto	% Superior completo
Nordeste	1.413.103	935.206	66,2	6,5
Leste	2.416.836	1.396.868	57,8	8,9
Sul	2.118.877	1.199.532	56,6	9,9
Oeste	1.531.790	784.591	51,2	11,1
Central	4.270.756	1.982.675	46,4	13,0
Minas Gerais	11.751.362	6.298.872	53,6	10,6

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

Se as discrepâncias na escolaridade colocam em contraponto as macrorregiões Nordeste e Central, o mesmo ocorre em relação aos níveis de rendimento no universo da população calculada para este indicador, conforme se observa na tabela a seguir.

TABELA 2 - Incidência comparativa de população com ganho superior a 10 SM e sem rendimento, por macrorregião

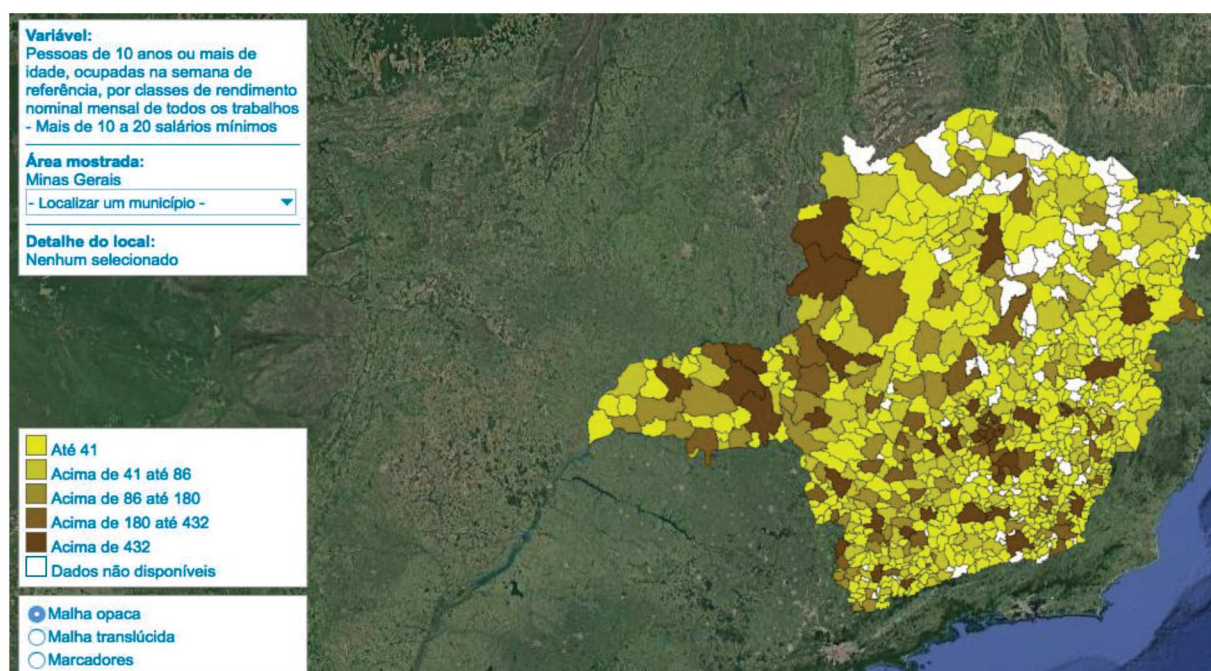
Macrorregião	Total calculado	Total Mais de 10 salários mínimos	% Mais de 10 salários mínimos	Total sem rendimento	% Sem rendimento
Nordeste	2.187.488	13.602	0,6	797.958	36,5
Leste	3.445.421	48.221	1,4	1.061.135	30,8
Central	6.090.328	176.950	2,9	1.753.303	28,8
Sul	2.989.953	42.691	1,4	849.999	28,4
Oeste	2.177.744	40.812	1,9	601.501	27,6
Minas Gerais	16.890.934	322.276	1,9	5.063.896	30,0

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

Nota-se que o estado de Minas Gerais apresenta uma média de menos de 2% da população calculada para este fim (cálculo sobre a condição de rendimento) no patamar de renda superior a 10 salários mínimos, sendo que a macrorregião Nordeste apresenta 0,6% de sua população nesta condição, enquanto que a macrorregião Central tem 2,9% de sua população ganhando mais de 10 salários mínimos. *Esta discrepância significa dizer que a macrorregião Central apresenta 5 vezes mais pessoas com ganho superior a 10 salários mínimos do que a macrorregião Nordeste.*

O mapa a seguir, retirado do IBGE – Censo 2010, é referente ao total de pessoas em Minas Gerais que apresentam rendimentos na faixa de mais de 10 SM até 20 SM, expressa também esta distribuição desigual pelos territórios do estado.

FIGURA 3 - Mapa da concentração da população pela faixa de rendimento entre 10SM a 20 SM – estado de Minas Gerais

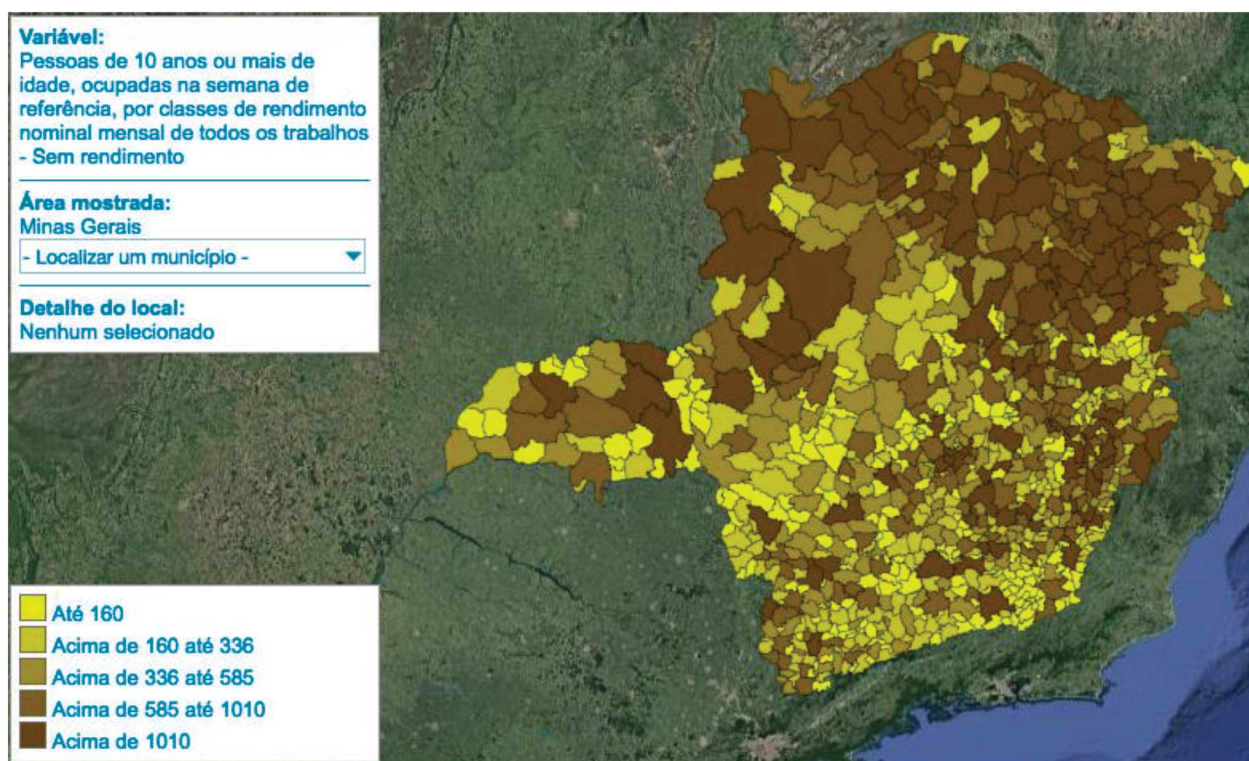


Fonte: IBGE, 2010.

Nota-se que na faixa territorial que abrange as macrorregiões Central e Oeste é que se observa as maiores concentrações de pessoas na faixa de renda entre 10 SM e 20 SM, sendo que na macrorregião Nordeste além das menores concentrações há notória ocorrência de municípios com ausência de pessoas nesta faixa de rendimento.

Em contraponto, ao se tomar o indicador das pessoas sem rendimento, parece que se obtém o negativo da revelação de uma fotografia, em que as maiores concentrações passam a ocorrer, de forma preponderante, na macrorregião Nordeste.

FIGURA 4 - Mapa da concentração da população sem rendimento – estado de Minas Gerais



Fonte: IBGE, 2010.

Ao se analisar a incidência de pessoas com ganho inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo ou até $\frac{1}{2}$ salário mínimo reaparece a macrorregião Nordeste com o maior percentual do estado, praticamente o dobro da média de Minas Gerais, que apresenta 7,4% do total calculado nesta condição, enquanto que a macrorregião Nordeste concentra 14,4%. As macrorregiões Central e Oeste são aquelas com os menores percentuais, sendo 5,1 e 5,7, respectivamente, nesta faixa de rendimento. O mesmo vai ocorrer em relação à faixa de rendimento entre mais de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo: a macrorregião Nordeste apresenta a maior concentração do estado com 28% das pessoas nessa condição, seguida de perto pela macrorregião Leste (26,9%), enquanto as macrorregiões Central e Oeste, novamente apresentam os menores percentuais, sendo respectivamente 20,9% e 21,7%.

Os dados associados de escolaridade e rendimento da população em Minas Gerais revelam altas discrepâncias entre as macrorregiões, e terminam polarizando notadamente a macrorregião Nordeste de um lado e a Central de outro. Ao mesmo tempo, ao lembrar que a macrorregião Nordeste concentra uma significativa presença de população infanto juvenil, os dados de precariedade no rendimento e na escolaridade de sua população adulta certamente impactam nas condições de vida dessa população localizada nesta porção do estado.

Registro 3 – Contexto Territorial

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.

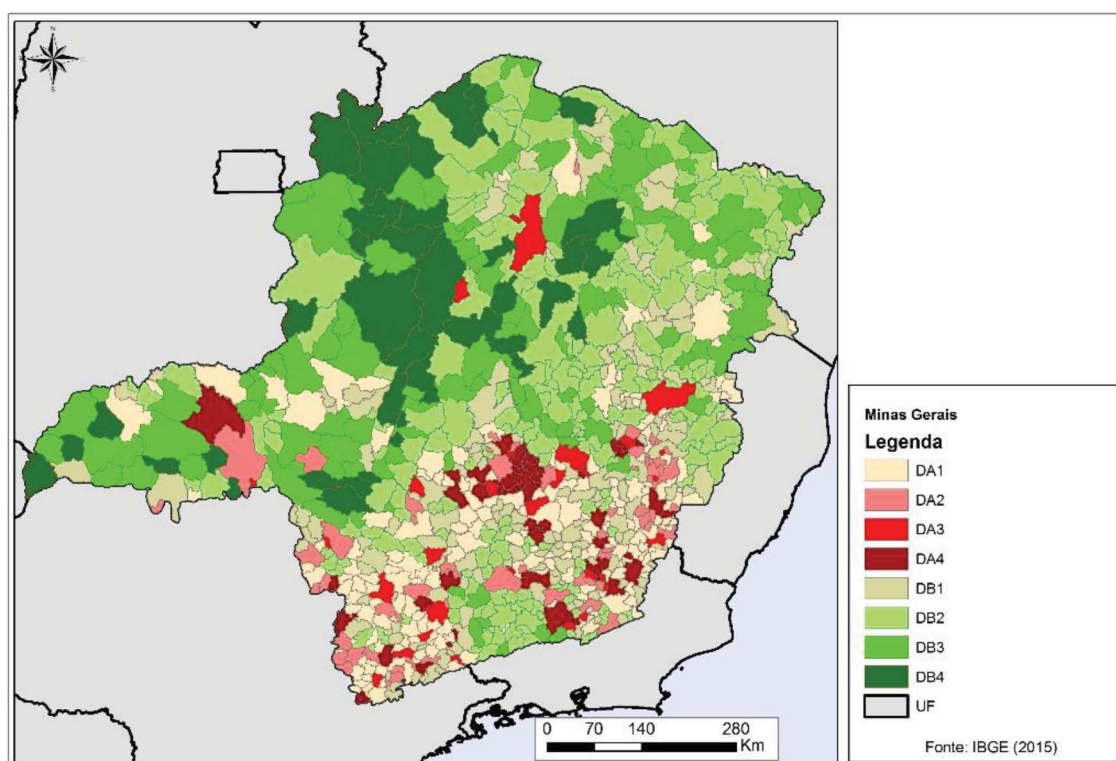
A que via geral se divulga e mais se refere, é a Minas antiga, colonial, das comarcas mineradoras, toda na extensão da chamada Zona Mineralógica, a de montes de ferro, chão de ferro, água que mancha de ferrugem e rubro a lama e as pedras de córregos que dão ainda lembrança da formosa mulher subterrânea que era a Mãe do Ouro...

(Guimarães Rosa, 1959)

Como já dizia Guimarães Rosa, “Minas Gerais é muitas” na combinação entre a ocupação dos seus territórios pelas suas gentes. Dessa combinação surgem densidades, ruralidades/urbanidades, usos e “abusos” dos seus territórios, que transformam diversidades em desigualdades socioterritoriais.

O estado possui 335 municípios (39,9%) nas faixas alta densidade populacional e apenas 518 cidades (60,7%) nas faixas de baixa densidade. Do total de cidades do estado 4,7% têm baixíssima densidade (DB4); 12,4% muito baixa (DB3); 25% baixa densidade (DB2) e 18,6% pouco baixa densidade (DB1). Nas faixas de alta: 22,5% pouca alta (DA1); 6,8% alta (DA2); muito alta 3,4% (DA3) e altíssima (DA4) 6,6%.

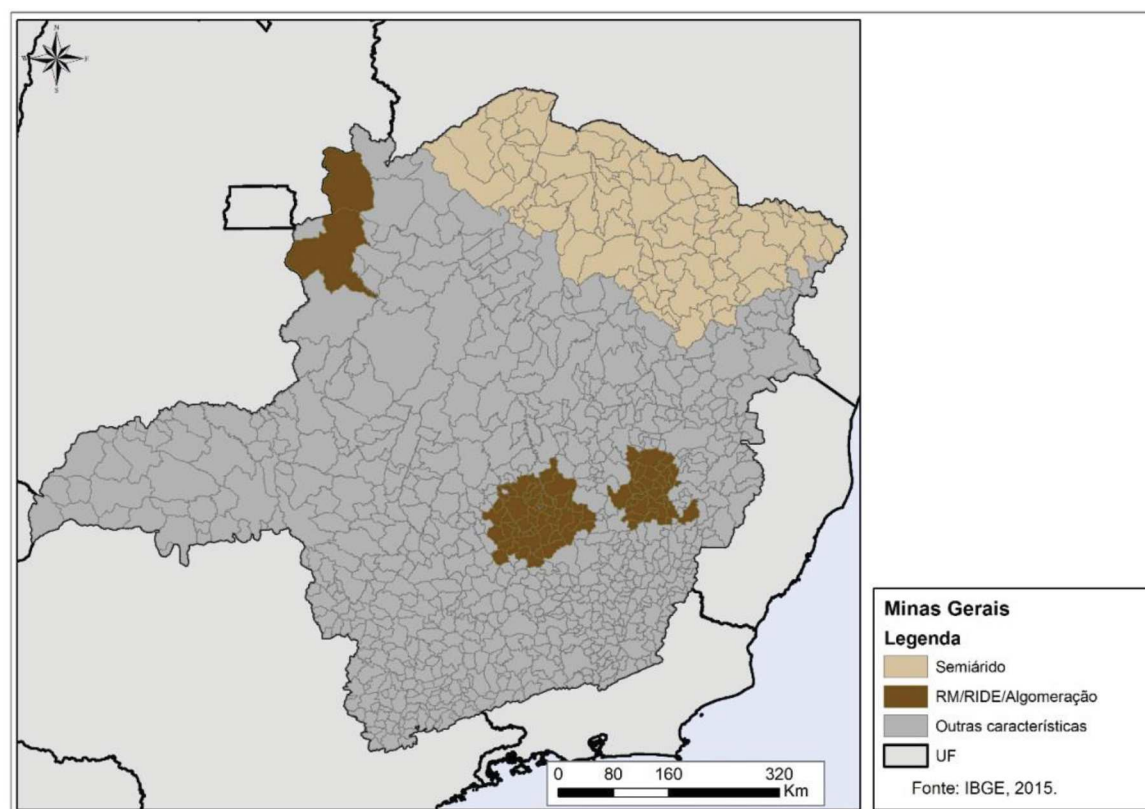
FIGURA 5 - Mapa da distribuição dos municípios pela densidade populacional Estado de Minas Gerais



Fonte: IBGE/2015.

Minas Gerais possui 67 municípios em zona do semiárido localizada na macrorregião Nordeste, conforme demonstra o mapa a seguir.

FIGURA 6 - Mapa de localização dos municípios do estado de Minas Gerais por características geográficas

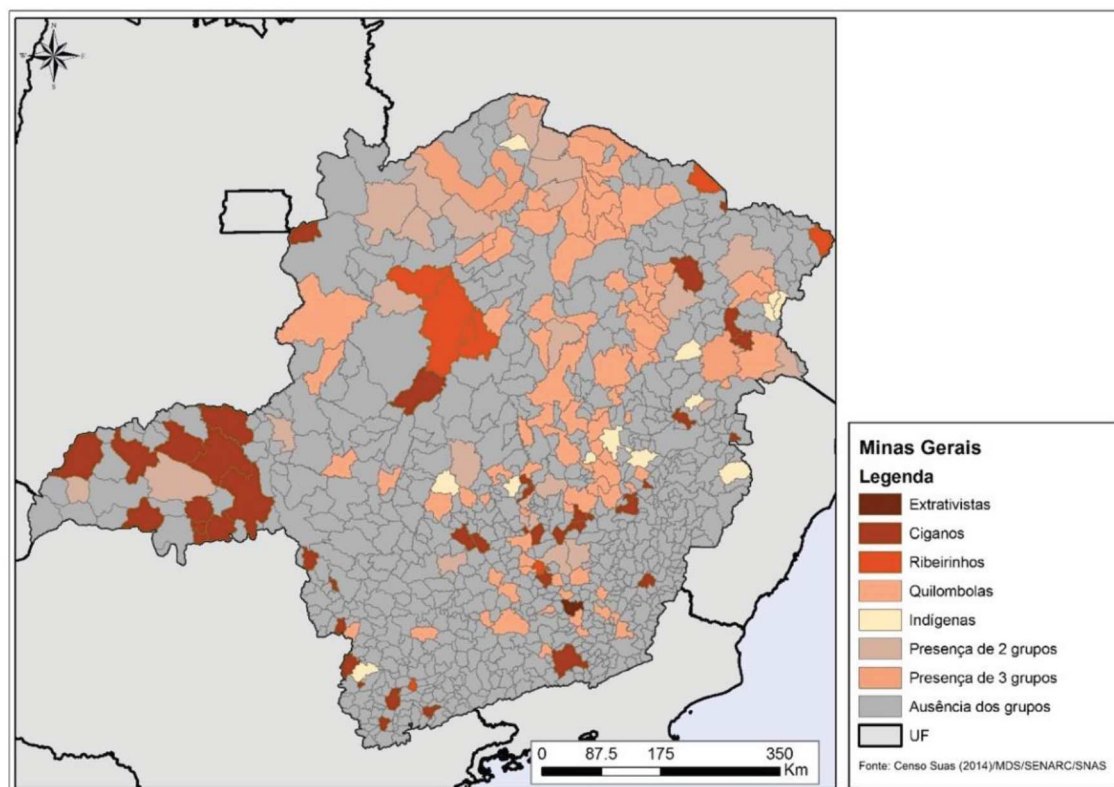


Fonte: Brasil, 2015b.

Observa-se, portanto, que as dinâmicas populacionais combinadas às condições territoriais em que estas populações residem expressam graus diferenciados de vivência e sobrevivência, de proteção e desproteção social a serem consideradas pelo SUAS em Minas Gerais.

Em Minas Gerais há ainda a presença de grupos específicos em diferentes percentuais para cada tipo de grupo. A maior incidência identificada é a de grupos de quilombolas presentes em 111 (13%) cidades do estado, seguidos de ciganos em 59 (6,9%) cidades e ainda os indígenas, com presença em 18 (2,1%) cidades. Grupos de artesãos extrativistas em oito municípios (0,9%) e grupos ribeirinhos em 20 cidades (2,3%). Nota-se também a presença simultânea de vários grupos em um único município com diferentes combinações, conforme demonstra o mapa.

FIGURA 7 - Mapa de localização nos municípios do estado de Minas Gerais de grupos populacionais tradicionais e específicos em MG



Fonte: Brasil, 2015b.

A distribuição das populações residentes em áreas rurais, bem como das comunidades e povos tradicionais pelas macrorregiões demonstra o quanto a diversidade sociocultural se faz presente nos territórios mineiros, com destaque para a população rural e as comunidades quilombolas. Importa ressaltar ainda que as macrorregiões Nordeste, Leste, Central e Sul apresentam aldeias indígenas, segundo dados da FUNAI 2015.

TABELA 3 - Distribuição da presença de grupos populacionais em territórios rurais e tradicionais por macrorregião

Macrorregião	Percentual de população rural (IBGE 2010)	Percentual de população indígena (IBGE 2010)	Nº de municípios com presença de aldeias indígenas (FUNAI 2015)	Nº de comunidades Quilombolas (Fundação Palmares 2015)
Nordeste	33%	0,50%	10	168
Leste	18%	0,11%	6	25
Central	6%	0,13%	4	56
Sul	18%	0,08%	1	12
Oeste	11%	0,10%	0	18
Total MG	15%	0,16%	21	279

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010), FUNAI e Fundação Palmares (2015).

Importa salientar que há distinção entre os dados que indicam a presença de população rural (população que reside nos limites da zona rural do município, distinta da zona urbana) e municípios de características rurais. Em estudo realizado pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, coordenada pelos professores Tania Bacelar e Jan Bitoun indica o estado de Minas Gerais com forte presença de municípios considerados essencial ou relativamente rurais. Os autores partem da premissa de que a distinção mecânica entre o rural e o urbano termina excluindo uma série de outras situações que permeiam este universo.

Superar a visão institucional do que é urbano e rural no Brasil é a principal premissa para construir um modelo de desenvolvimento territorial mais equilibrado. O rural que resulta da associação institucional com o perímetro urbano municipal é um retrato distorcido desse universo no território nacional. Independentemente dessa institucionalização é muito comum distinguir extremos: o essencialmente urbano e o fundamentalmente rural, ignorando-se as situações intermediárias. Mas são nessas situações que as relações entre urbano e rural precisam ser visibilizadas para definir predominâncias e especificidades importantes a serem consideradas no diagnóstico das tendências de transformação em curso. (BITOUN et al, 2015, p. 4)

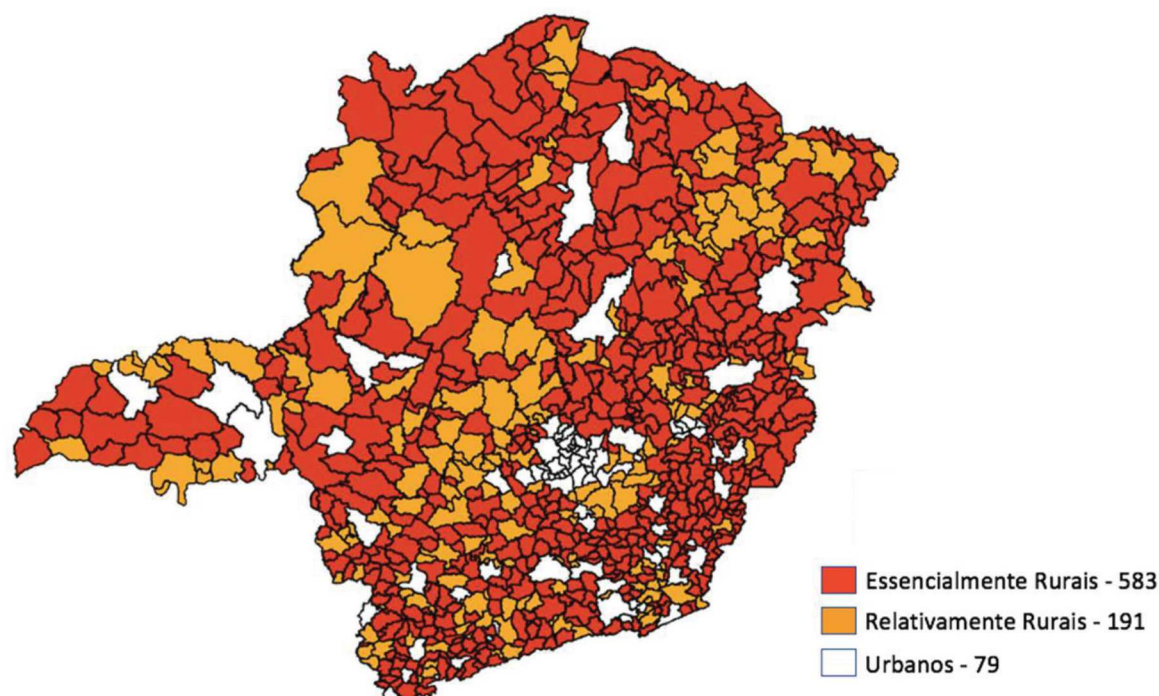
A partir deste estudo, e tomando a base de dados disponibilizada pelos pesquisadores, foi possível identificar esta diversidade de tipologias do mundo rural em Minas Gerais, alargando a análise para além da distinção da população residente nas zonas urbanas e rurais. Descobriu-se, por meio deste estudo, que Minas é mais rural do que os 15% de sua população, pois se identifica novas ruralidades, que terminam revelando que 91% dos municípios mineiros apresentam características que os classificam entre essencialmente ou relativamente rurais, conforme a tabela e o mapa a seguir.

TABELA 4 - Distribuição dos municípios pelas ruralidades e urbanidades por macrorregião

Macrorregião	Essencialmente rural e isolado		Essencialmente rural e próximo		Relativamente rural e isolado		Relativamente rural e próximo		Urbano em metrópoles e capit. Regionais		Urbano fora metrópoles e capit. Regionais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nordeste	29	19%	90	58%	14	9%	19	12%	2	1%	2	1%
Oeste	10	11%	44	51%	11	13%	17	20%	2	2%	3	3%
Central	6	4%	80	51%	10	6%	29	18%	30	19%	3	2%
Leste	6	2%	182	72%	3	1%	39	15%	9	4%	13	5%
Sul	0	0%	136	68%	0	0%	49	25%	2	1%	13	7%
Total MG	51	6%	532	62%	38	4%	153	18%	45	5%	34	4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bitoun et al. (2015).

FIGURA 8 - Mapa das ruralidades e urbanidades mineiras



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bitoun et al. (2015)

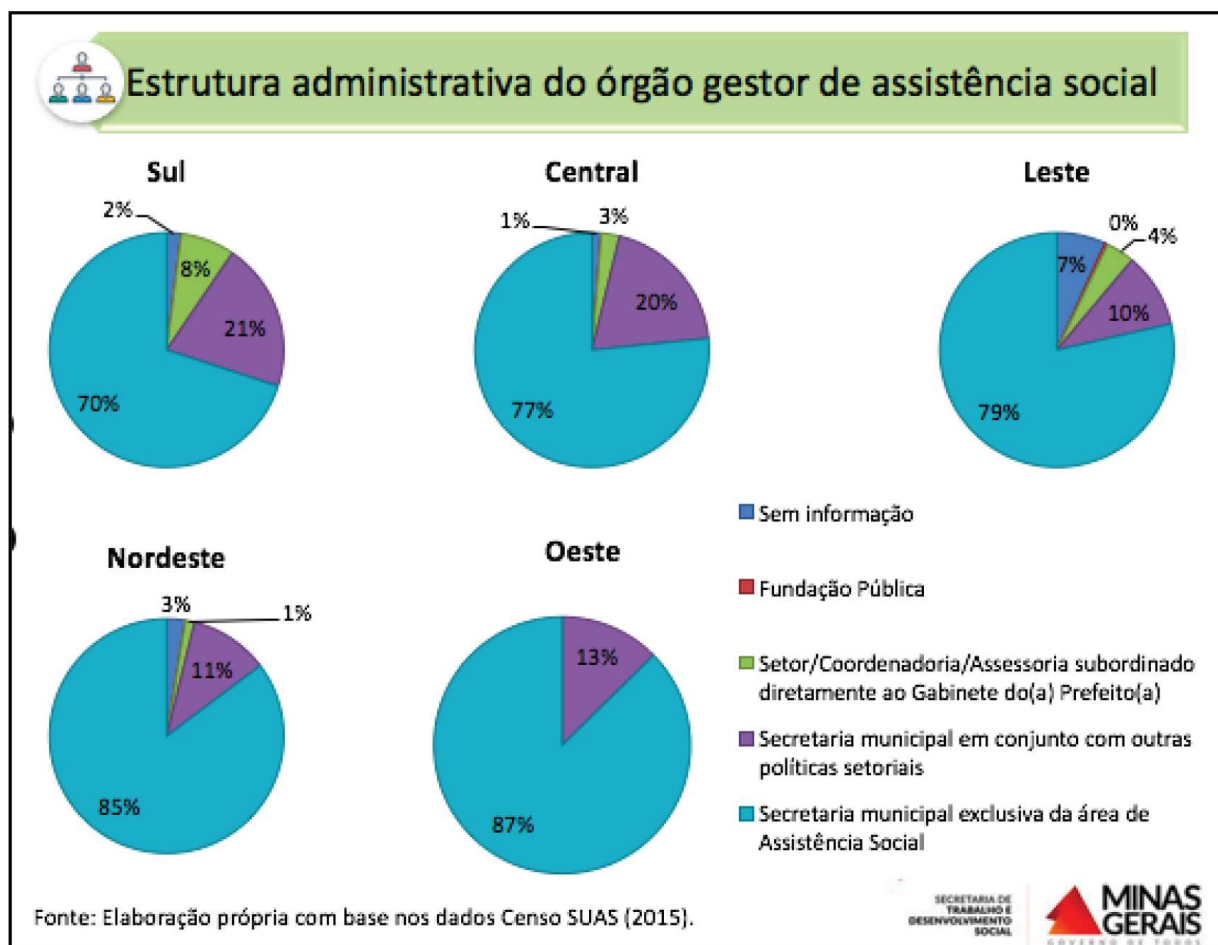
A referência regional sugere, neste sentido, se pensar em diferentes arranjos regionais que superem, em determinadas situações de desproteção social, os limites administrativos circunscritos aos municípios pertencentes às respectivas diretorias regionais. Tal como ocorre com a questão socioambiental, em que o curso de um rio contaminado exige gestão que extrapola os limites municipais e estaduais, pode-se compreender como determinadas situações de violação de direitos sociais, como a exploração sexual infantil, que atinge um conjunto de cidades ao longo de uma rodovia, também exige novas formas de gestão para além dos municípios e mesmo do estado.

Registro 4 – A gestão do SUAS

A gestão foi analisada quanto à presença/ausência de áreas de gestão, bem como o perfil dos trabalhadores do SUAS do estado de Minas Gerais.

Ao tomar como referência o Censo SUAS 2015 e a escala das macrorregiões, identifica-se que a Macrorregião Sul apresenta 70% de seus municípios com área exclusiva de gestão da assistência social, enquanto que a Macrorregião Oeste apresenta o maior percentual dessa exclusividade, com percentual de 87%, que se assemelha à Macrorregião Nordeste, com 85% de seus municípios com esta condição. Há que se considerar, do ponto de vista da autonomia administrativa, que as Macrorregiões Oeste e Nordeste apresentam-se como aquelas com maior concentração proporcional de municípios com órgãos de Assistência Social exclusivos, enquanto que a Macrorregião Sul é a que apresenta menor concentração dessa exclusividade dos órgãos gestores da Assistência Social no estado de Minas Gerais, conforme se verifica nos gráficos a seguir.

GRÁFICOS 2 a 6 - Comparativos quanto à estrutura administrativa do órgão gestor municipal da assistência social nas macrorregiões de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo SUAS (2015).

Tomando como referência o Censo SUAS 2015, observa-se na tabela a seguir que tanto as áreas de Gestão do Trabalho como de Vigilância Socioassistencial apresentam queda no percentual de ausência no estado: 25% de ausência da área de Vigilância Socioassistencial e 35% de ausência da área de Gestão do Trabalho. A Macrorregião Nordeste é a que apresenta o menor percentual de ausência da área de Vigilância Socioassistencial dentre as cinco macrorregiões, porém, é a que apresenta o maior percentual de constituição desta área de maneira informal.

TABELAS 5 e 6 - Comparativos quanto à estrutura administrativa do órgão gestor – áreas de Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho por macrorregiões – Minas Gerais, 2015

Estrutura administrativa do órgão gestor de assistência social				
Vigilância Socioassistencial				
Macrorregião	Não constituída	Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sem informação
Leste	24%	31%	38%	7%
Nordeste	19%	44%	35%	3%
Oeste	30%	36%	34%	0%
Central	25%	34%	39%	1%
Sul	29%	24%	46%	2%
Total MG	25%	33%	39%	3%
Gestão do Trabalho				
Macrorregião	Não constituída	Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sem informação
Leste	31%	30%	32%	7%
Nordeste	38%	31%	28%	3%
Oeste	39%	21%	40%	0%
Central	36%	29%	34%	1%
Sul	36%	21%	42%	2%
Total MG	35%	27%	35%	3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo SUAS (2015).

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo SUAS (2015).

A partir do Censo SUAS 2015, também se pode verificar a presença/ausência e formalidade/informalidade das áreas de Regulação do SUAS e de Gestão Financeira e Orçamentária, revelando que em torno de metade dos municípios mineiros declararam ter instituído formalmente estas áreas junto ao órgão gestor.

Chamou atenção o fato de que a Macrorregião Sul, apesar de ter apresentado anteriormente o menor percentual de municípios com órgãos gestores exclusivos da Assistência Social (70%), se tem colocado tanto na área de Regulação do SUAS como de Gestão Financeira e Orçamentária como a macrorregião com as maiores concentrações percentuais de municípios com instalação destas áreas na estrutura formal do órgão gestor, respectivamente, 55% e 67%. Já, a Macrorregião Leste apresenta os percentuais mais baixos dentre as macrorregiões tanto quanto à presença formal da área de Regulação do SUAS (46%), quanto da área de Gestão Financeira e Orçamentária (48%).

TABELAS 7 e 8 - Comparativos quanto à estrutura administrativa do órgão gestor – áreas de Regulação do SUAS e de Gestão Financeira e Orçamentária por macrorregiões – Minas Gerais, 2015



Estrutura administrativa do órgão gestor de assistência social

Regulação do SUAS				
Macrorregião	Não constituída	Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sem informação
Leste	19%	28%	46%	7%
Nordeste	22%	26%	49%	3%
Oeste	29%	22%	49%	0%
Central	27%	25%	47%	1%
Sul	21%	23%	55%	2%
Total MG	22%	25%	49%	3%

Gestão Financeira e Orçamentária				
Macrorregião	Não constituída	Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sem informação
Leste	15%	30%	48%	7%
Nordeste	13%	26%	58%	3%
Oeste	17%	29%	54%	0%
Central	14%	30%	55%	1%
Sul	10%	22%	67%	2%
Total MG	13%	27%	56%	3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo SUAS (2015).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo SUAS (2015).

Ao tomar como referência o Censo SUAS 2015, notou-se uma redução no percentual de ausência de municípios em Minas Gerais quanto à Proteção Social Especial, ficando em 46%. A macrorregião que apresenta o maior percentual de ausência de PSE é a Macrorregião Sul (54%) e a Macrorregião Oeste com o menor percentual de ausência (41%). É na Proteção Social Básica e na Gestão de Benefícios Eventuais que se encontram os maiores percentuais de formalização das respectivas áreas, sendo que a Macrorregião Sul apresenta o maior percentual (77%) quanto à PSB e também quanto à área de Gestão de Benefícios (78%).

TABELAS 9, 10 e 11 - Comparativos quanto à estrutura administrativa do órgão gestor – áreas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão de Benefícios por macrorregiões – Minas Gerais, 2015.

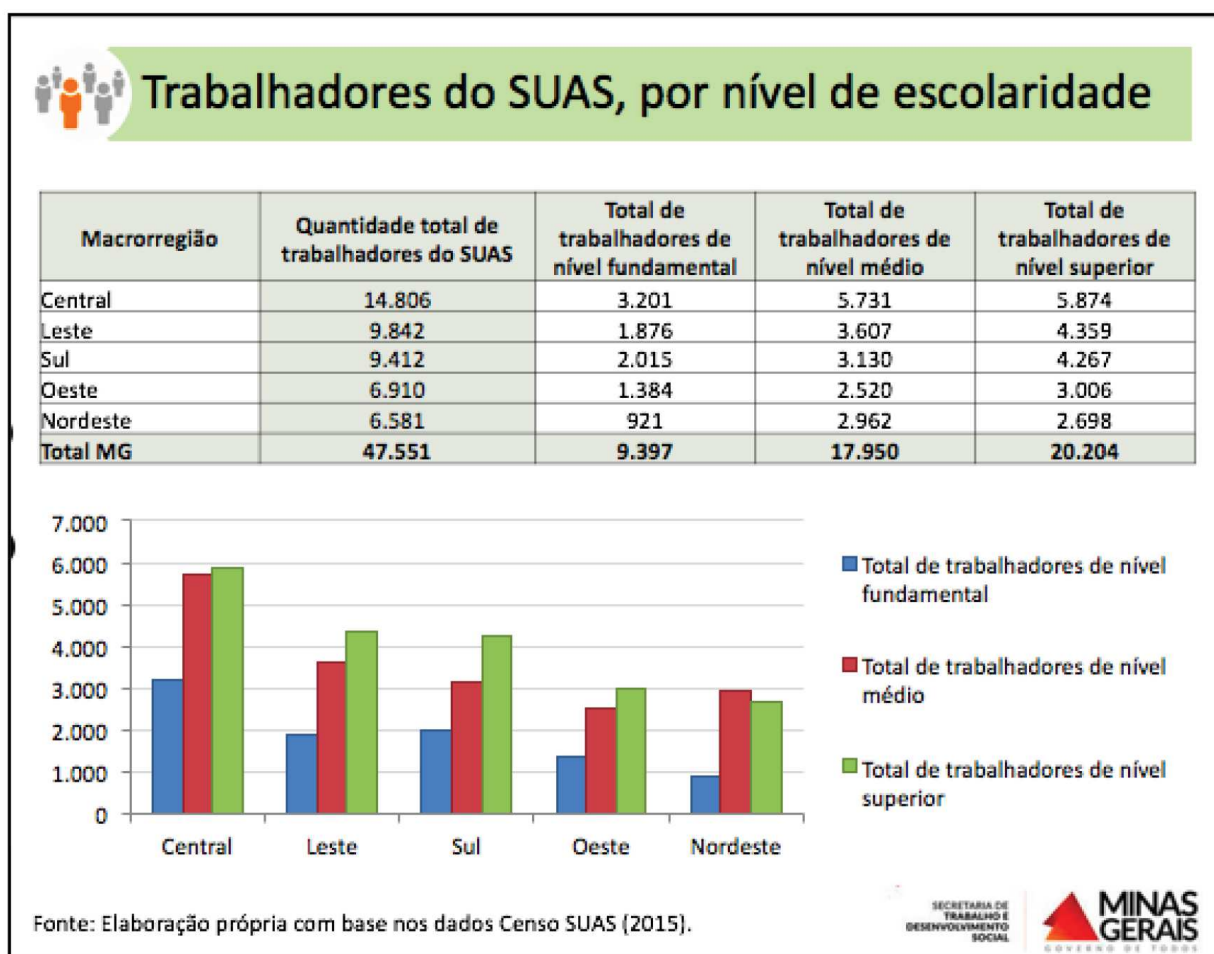
Estrutura administrativa do órgão gestor de assistência social				
Proteção Social Básica				
Macrorregião	Não constituída	Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sem informação
Leste	5%	16%	72%	7%
Nordeste	5%	22%	71%	3%
Oeste	8%	23%	69%	0%
Central	8%	28%	63%	1%
Sul	9%	13%	77%	2%
Total MG	7%	19%	71%	3%
Proteção Social Especial				
Macrorregião	Não constituída	Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sem informação
Leste	46%	22%	25%	7%
Nordeste	43%	28%	27%	3%
Oeste	41%	28%	31%	0%
Central	42%	30%	27%	1%
Sul	54%	21%	23%	2%
Total MG	46%	25%	26%	3%
Gestão de benefícios socioassistenciais				
Macrorregião	Não constituída	Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sem informação
Leste	6%	17%	70%	7%
Nordeste	7%	21%	69%	3%
Oeste	8%	21%	71%	0%
Central	6%	25%	67%	1%
Sul	8%	13%	78%	2%
Total MG	7%	19%	71%	3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo SUAS (2015).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo SUAS (2015).

Quanto aos trabalhadores do SUAS, o Censo SUAS 2015 apresenta um total de 47.551 trabalhadores do SUAS, sendo que 42% são de nível superior, 38% de nível médio e 20% de nível fundamental. Observa-se que apenas na macrorregião Nordeste é que os trabalhadores de nível médio superam os de nível superior, ficando as demais macrorregiões com o predomínio de trabalhadores de nível superior no conjunto dos trabalhadores do SUAS.

TABELA 12 e GRÁFICO 7 - Distribuição dos trabalhadores do SUAS por nível de escolaridade por macrorregiões – Minas Gerais, 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo SUAS (2015).

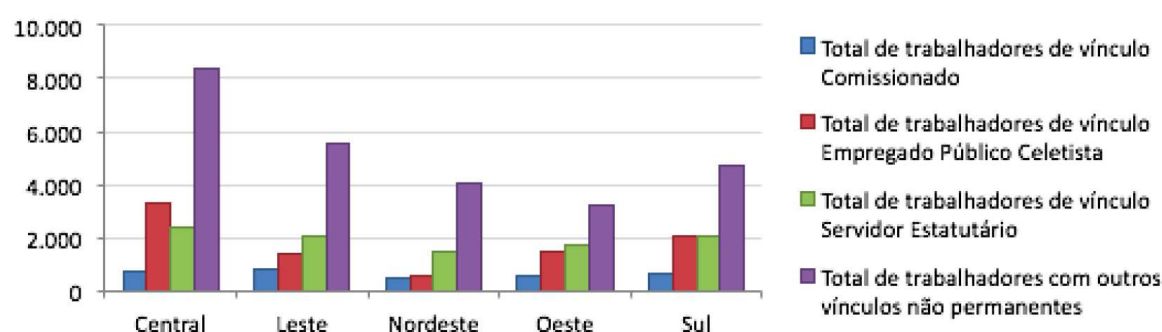
Interessante observar que, apesar da presença preponderante de trabalhadores do SUAS com nível superior, em relação aos vínculos, segundo o Censo SUAS 2015, 54,5% destes trabalhadores em Minas Gerais, apresentam-se na condição de “outros tipos de vínculos não permanentes”.

A Macrorregião Nordeste apresenta o maior percentual de trabalhadores do SUAS com vínculos não permanentes (61%), enquanto que a Macrorregião Oeste fica com o menor percentual (46%). De qualquer forma, a média de Minas Gerais é de metade dos seus trabalhadores com vínculos não permanentes.

TABELA 13 e GRÁFICO 8 - Distribuição dos trabalhadores do SUAS por vínculo institucional – Minas Gerais, 2015.

Trabalhadores do SUAS, por vínculo institucional

Macrorregião	Quantidade total de trabalhadores do SUAS	Total de trabalhadores de vínculo Comissionado	Total de trabalhadores de vínculo Empregado Público Celetista	Total de trabalhadores de vínculo Servidor Estatutário	Total de trabalhadores com outros vínculos não permanentes
Central	14.806	705	3.293	2.401	8.407
Leste	9.842	810	1.416	2.084	5.532
Nordeste	6.581	477	556	1.509	4.039
Oeste	6.910	522	1.443	1.757	3.188
Sul	9.412	655	2.018	2.012	4.727
Total MG	47.551	3.169	8.726	9.763	25.893



Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo SUAS (2015).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo SUAS (2015).

Registro 5 – A gestão de benefícios socioassistenciais

Ao se tomar como referência o CAD Único 2017, Minas Gerais apresenta 2.463.696 famílias cadastradas, com 1.173.337 destas famílias com renda per capita até R\$170,00. Destas famílias, 89,3% são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que dentre as macrorregiões os mais altos percentuais encontram-se nas macrorregiões Sul, Leste e Central na faixa de 90%, e os mais baixos percentuais nas macrorregiões Oeste (84%) e Nordeste (89%), demonstrando uma alta cobertura do PBF na totalidade do estado.

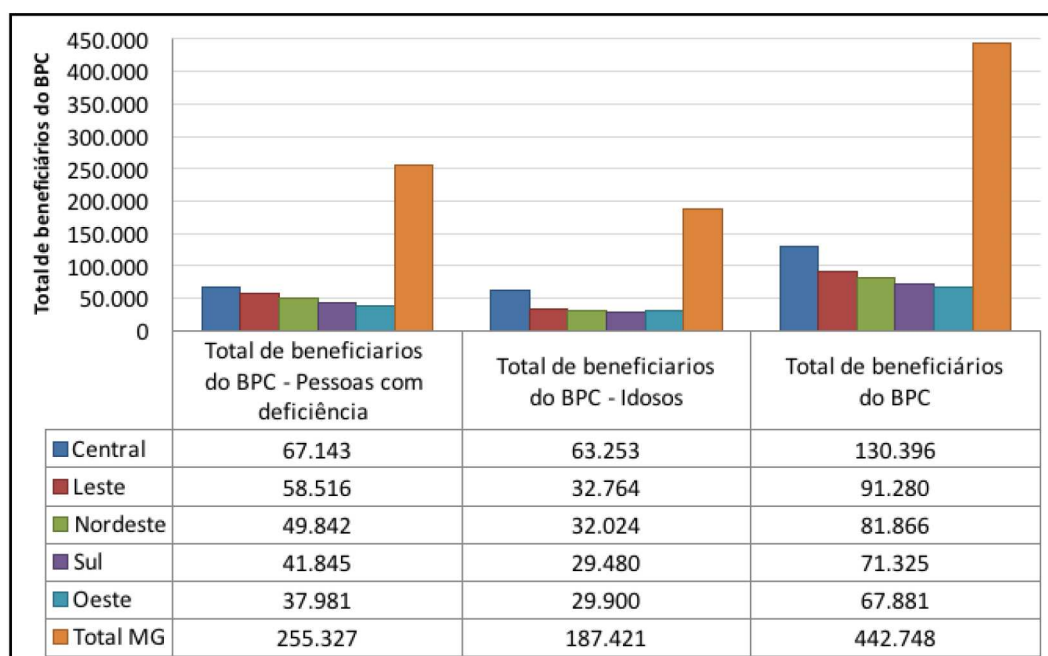
TABELA 14 - Relação de famílias cadastradas no CAD Único e famílias beneficiária do PBF por macrorregiões, 2017

Macrorregião	Total de famílias cadastradas no CadÚnico. (01/2017)	Total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 85,00. (01/2017)	Total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 85,01 e R\$ 170,00. (01/2017)	Total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 170,00. (01/2017)	Total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (01/2017)	% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (01/2017)
Sul	401.651	86.495	69.659	156.154	142.278	91,1
Leste	568.148	184.136	94.021	278.157	251.347	90,4
Central	627.264	178.982	115.390	294.372	265.007	90,0
Nordeste	548.267	262.497	71.772	334.269	296.568	88,7
Oeste	318.366	65.179	45.206	110.385	93.116	84,4
Total MG	2.463.696	777.289	396.048	1.173.337	1.048.316	89,3

Fonte: CAD Único, 2017. Elaboração própria

No que se refere ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, a análise de deteve na predominância dos benefícios concedidos às pessoas com deficiência em relação aos idosos, com base nos dados do RMI Social 2017. No estado a predominância é para os benefícios concedidos à pessoa com deficiência, alcançando 57% do total de beneficiários do BPC. A única macrorregional que foge a esta proporcionalidade é a Macrorregião Central, em que predomina a proporção de 55% de beneficiários idosos em relação a 45% de pessoas com deficiência.

GRÁFICO 9 - Distribuição dos beneficiários do BPC Pessoas com deficiência e idosos por macrorregiões – Minas Gerais

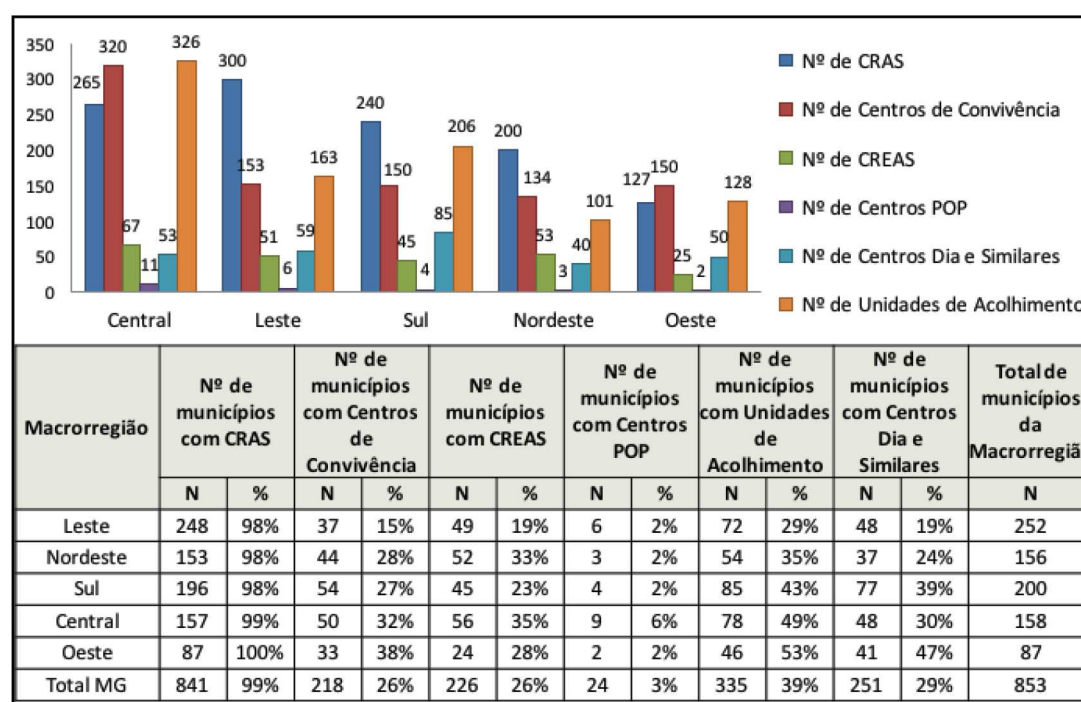


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MI Social – MDS – 2017.

Registro 6 – Presença dos serviços nos territórios

Ao tomar como referência o Censo SUAS 2015, observa-se que o estado de Minas Gerais apresenta 99% dos seus 853 municípios com Centros de Referência de Assistência Social, restando apenas 12 municípios com ausência de CRAS. Dentre as macrorregiões, a única que possui 100% de presença de CRAS é a Macrorregião Oeste, lembrando que se trata da macrorregião com menor número de municípios.

GRÁFICO 10 - Distribuição das unidades de prestação de serviços socioassistenciais por macrorregiões – Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo SUAS 2015

Também será a Macrorregião Oeste que apresenta o maior percentual de municípios com presença de centros de convivência, com uma incidência de 38%, ficando a Macrorregião Leste com a menor incidência (15%) em relação a este serviço, lembrando que esta macrorregião apresenta a maior quantidade de municípios dentre as macrorregiões. Ainda de acordo com o Censo SUAS 2015, as macrorregiões Central e Nordeste que apresentam os maiores percentuais de presença de Centros de Referência Especializado de Assistência Social em Minas Gerais, respectivamente, 35% e 33% dos municípios.

Do total de 671 municípios de Pequeno Porte I, Minas Gerais apresenta 660 municípios com unidades de CRAS e 621 municípios sem unidades de CREAS.

Porém, a atual gestão do SUAS no âmbito estadual entende que a regionalização da Proteção Social Especial se faz necessária também em relação às populações residentes nestes municípios, ao afirmar que:

A **regionalização** é uma estratégia prevista no SUAS para atendimento a um conjunto de municípios de pequeno porte previamente identificados, que não possuem oferta municipal de serviços de Proteção Social Especial (PSE) e onde a baixa demanda de situações de violação de direitos, combinada com a alta vulnerabilidade social, justifiquem a oferta de serviços de PSE de forma regionalizada. Nesse caso, a responsabilidade da oferta é do estado, que pode executar os serviços de forma direta, indireta ou em regime de cooperação com os municípios. (SEDESE, 2016, p. 8)

Em relação à regionalização da Proteção Social Especial em Minas Gerais, a SEDESE prevê envolver inicialmente 26 municípios da Área de Abrangência dos primeiros CREAS Regionais (Vale do Rio Doce, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Alto Jequitinhonha), incluindo as equipes regionais.

As estatísticas populacionais e territoriais delineadas na contextualização deste trabalho indicaram o quanto no Brasil e em Minas Gerais, em particular, a articulação entre estas dimensões do ponto de vista da leitura dos dados se faz fundamental. Ou seja, ainda que as informações demográficas sejam disponibilizadas de forma separada das informações territoriais, a análise conjugada de ambos os campos de referência se faz fundamental para se compreender e contextualizar as condições de vida das populações que vivem nestes territórios.

A escala das macrorregiões possibilitou (re)conhecer o estado de Minas Gerais de forma a combinar atributos territoriais aos indicadores socioeconômicos, no sentido de avaliar melhor o quanto estes fatores combinados podem ou não redimensionar as diferentes manifestações de desproteção social das populações. Talvez, no caso mineiro, a macrorregião Nordeste, com boa parte de seus municípios localizados no semiárido, com demandas latentes do ponto de vista da sobrevivência básica geradas pela escassez de água, seja a que melhor evidencie sobre a importância dessa combinação dos dados territoriais e demográficos.

Dessa forma, as características ou perfil das famílias quando associadas ao perfil dos territórios onde vivem ganham novas configurações na relação proteção/desproteção social. Sejam elas características naturais relativas ao bioma, sejam do ponto de vista da infraestrutura instalada das cidades (serviços básicos de saneamento, habitação, estradas, calçamento, energia elétrica, bem como serviços sociais básicos de educação, saúde, assistência social, cultura e lazer), que se colocam como determinantes na garantia do acesso aos direitos sociais.

Mesmo adotando-se uma macroescala, como as macrorregiões, se tornou possível estabelecer graus diversos de comparabilidade, evidenciando discrepâncias entre as macrorregiões Nordeste e Central, por exemplo, especialmente quanto aos indicadores de renda e escolaridade. Quanto à gestão do SUAS, no que tange aos vínculos dos trabalhadores, também a Nordeste aparece com maior percentual de trabalhadores na condição de vínculos não permanentes.

Ainda em relação à gestão do SUAS, chamou atenção o fato da Macrorregião Sul apresentar o percentual mais baixo de municípios no estado com exclusividade no órgão gestor da Assistência Social. Ao mesmo tempo, mostrou-se a macrorregião com maior grau de formalização das áreas de gestão: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, Gestão de Benefícios, Vigilância Socioassistencial, Gestão Orçamentária e Financeira.

Possivelmente as análises no interior de cada uma das cinco macrorregiões permitirão aprofundar sobre as discrepâncias existentes entre as regionais e entre os municípios das regionais. Mas, certamente, toda construção desse (re)conhecimento dos territórios na escala (macro) regional é somente parte de todo o conhecimento acumulado pelos trabalhadores do SUAS em Minas Gerais, principais protagonistas deste trabalho.

Por isso, se fez necessário continuar a viagem e estabelecer a quarta parada: “o Mapa Falado”, a possibilidade de dialogar sobre os dados do chão e da gestão de cada macrorregional com as diretorias regionais.

4ª Parada: Mapa Falado

O tempo gasto na 3ª parada com o Diagnóstico Socioterritorial foi bastante significativo, e consideramos necessário. Descobrimos que a escala macrorregional apresentava outra Minas Gerais, deixando evidente o quanto cada Regional SEDESE é única e, ao mesmo tempo, se conecta com outras mesmo que geograficamente distantes. Descobrimos o que temos de comum e diverso entre as regionais, tanto em relação às desigualdades socioterritoriais e diversidades socioculturais e, principalmente, quanto à gestão do SUAS frente a estas realidades tão discrepantes e diversas.

Este retrato evidenciado pelos números precisava agora ser checado junto às regionais e, ao mesmo tempo, ser complementado com informações que não chegam por via de relatórios, porque muitas vezes nem previstos neles estão. É aqui que se estabelece esta 4ª parada: a construção do Mapa Falado articulando as informações dos números levantados na 3ª parada com as vivências das regionais.

Registro 1 – Construção coletiva do conhecimento dos territórios e do SUAS em diferentes escalas de Minas Gerais

Este registro diz respeito ao encontro dos conhecimentos: os diagnósticos construídos a partir de dados secundários vão (re)conhecer os chãos e a gestão ao vivo e a cores, tanto no âmbito regional como municipal. Nesse encontro, a mediação é realizada por metodologias participativas.

No caso de Minas Gerais, optou-se pela técnica do “Mapa Falado” para capturar as percepções dos gestores e trabalhadores do SUAS sobre as expressões de proteção e desproteção social, experiências de resistência e levantamento das prioridades para a gestão a partir dos territórios municipais e regionais. Para este processo de construção, toma-se o mapa de referência, de acordo com a escala a ser trabalhada (regional com os municípios ou somente os municípios ou ainda somente um município), localizando tais expressões e experiências que passam a confrontar e complementar os dados secundários levantados.

Também em torno deste mapa no papel é que os trabalhadores e gestores podem identificar as demandas temáticas de supervisão técnica a serem incorporadas no Plano de Supervisão Técnica, tendo como perspectiva os desafios cotidianos enfrentados pelo SUAS nas regionais e nos municípios de Minas Gerais.

É com esta etapa que se buscou consolidar a diretriz: “Elaborar o diagnóstico e o planejamento do Plano de Supervisão Técnica com a identificação das prioridades para a gestão e provimento de serviços e benefícios socioassistenciais”.

Dessa forma, se pretendeu efetivar um processo participativo de diagnóstico e planejamento ao longo do percurso da supervisão técnica, de maneira que seus produtos façam sentido para a gestão do SUAS na qualidade do provimento de serviços e benefícios.

Registro 2 – O Mapa Falado como pedra da ponte

E o “Mapa Falado” foi a campo, chegou aos territórios das regionais, e descobrimos que é muito diferente “falar sobre o território” e “deixar o território falar sobre ele mesmo”. Talvez esta seja uma aprendizagem que tivemos nos diferentes processos de produção do “Mapa Falado”, e aqui sua potência para esta viagem em torno da Supervisão Técnica: por partir de um território comum, a metodologia possibilita que todos falem, sem a preocupação da função administrativa que se ocupa naquele momento e, ao mesmo tempo, que cada um fale e, ao mesmo tempo, escute e descubra pontos de concordância, conflitos, divergências. Afinal, trata-se de uma ferramenta de diálogo.

Nos registros das vivências das regionais, destacamos falas, percepções que expressaram saberes e ignorâncias sobre os territórios, no sentido da incompletude que Boaventura de Sousa Santos trata a respeito dessa busca incessante pela construção do conhecimento. Diz o autor que somos, ao mesmo tempo, sábios e ignorantes: sábios de algumas coisas e ignorantes de outras.

O próprio “Mapa Falado” e o “Diagnóstico Socioterritorial” foram justamente questionados sobre seus saberes e ignorâncias. Que descoberta maravilhosa para esta viagem metodológica para a Supervisão Técnica Regional: a incompletude das nossas ferramentas de trabalho!

Esta descoberta se faz fundamental nesta parada do Mapa Falado, que significa dizer que apesar de sua potência, esta ferramenta sozinha ou isolada não consegue dar conta da tarefa de “fazer o território falar”. Esta descoberta fez lembrar o diálogo entre Marco Polo e Kublai Khan registrado no livro “Cidades Invisíveis” de Italo Calvino:

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. “Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?”, pergunta Kublai Khan. “A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra”, responde Marco, “mas pela curva do arco que estas formam”. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: “Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.” Polo responde: “Sem pedras o arco não existe.”

Dessa forma, os registros a seguir revelam o Mapa Falado como apenas uma das pedras na construção da ponte, seja ela o Diagnóstico Socioterritorial, o Plano de Supervisão Técnica ou a própria metodologia de Supervisão Técnica.

Registro 2.1. Mapa falado – Macrorregião Nordeste

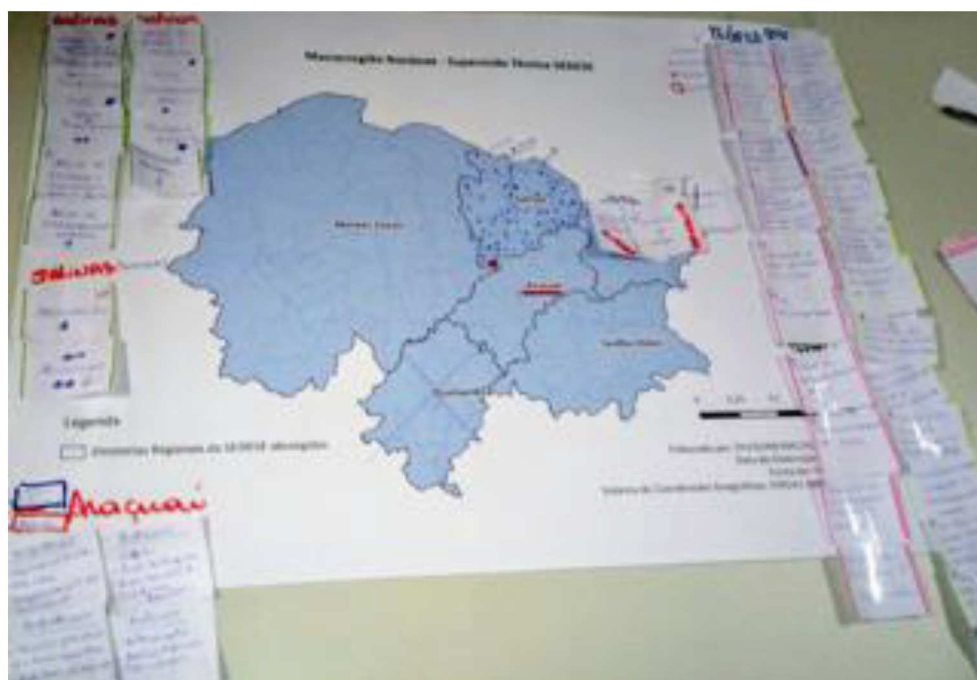
“O Mapa Falado como uma metodologia que tenta dimensionar melhor a realidade. Exemplo: CRAS Januária – tanto o urbano quanto o rural encontram-se no centro urbano”.

“O Mapa Falado interpreta a realidade da forma que é, diferente dos números, que muitas vezes não são reais.”

“Para realizar uma boa oficina da supervisão técnica com construção do Mapa Falado precisam de técnicos preparados ou apoio da SEDESE Central.”

“Existe um vício em olhar apenas as fragilidades dos municípios. O Mapa vai estimular o olhar para as potencialidades.”

“Com emoção colocaram que: ‘A estratégia de planejamento sempre foi impositiva, de cima para baixo. O Mapa Falado é construção da base, de baixo para cima.’”



Registro 2.2. – Mapa Falado – Macrorregião Oeste

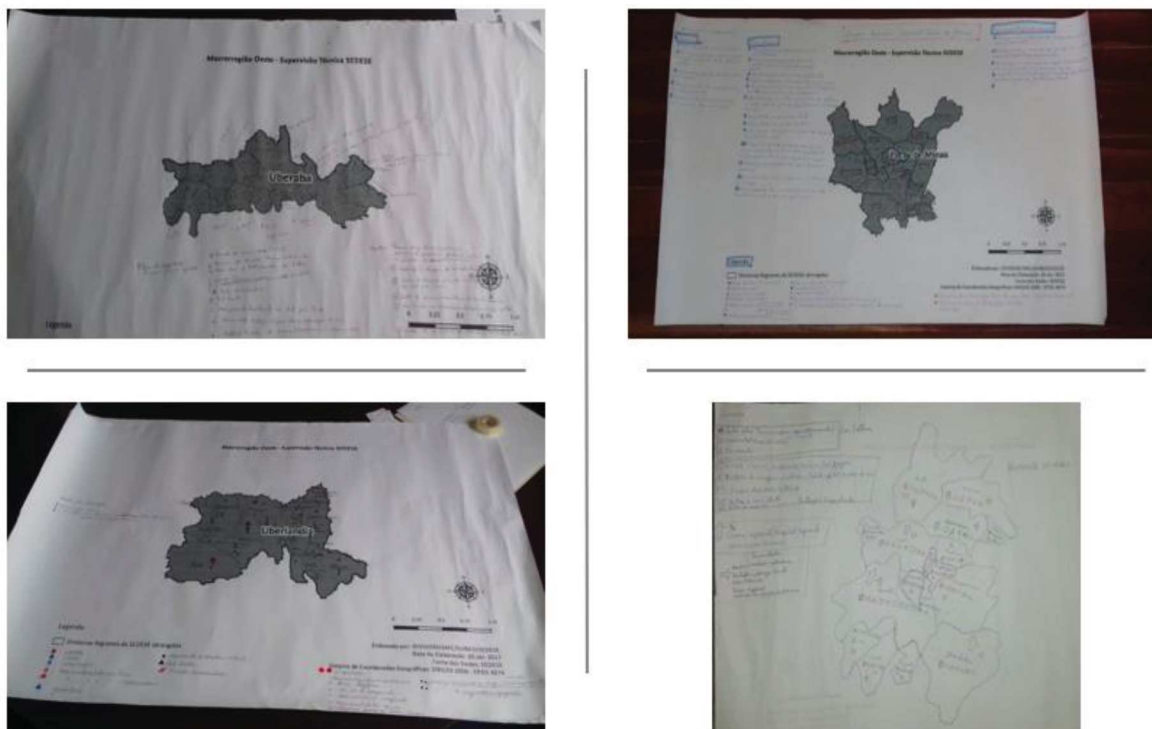
“Começou um processo de conversa que foi se conduzindo a partir dos anseios, dúvidas e angústias que os participantes estavam tendo. Processo este muito rico para se conhecer melhor um ao outro, o seu papel na coconstrução, assim como os apontamentos e reflexões acerca de toda a Supervisão.”

“A partir de dados secundários, os participantes pontuaram categoricamente que muito dos dados não correspondiam à realidade que conheciam ou tinham informações.”

“Na construção do Mapa Falado, propriamente dito, num primeiro momento, os participantes não se sentiram totalmente aptos e munidos das informações que a tarefa iria precisar. Porém, à medida que foram fazendo, perceberam o quanto sabem sobre o território em que trabalham e quanto podem contribuir, mesmo considerando aqueles que não haviam visitado ainda os municípios de sua abrangência, tendo como base apenas contato à distância (telefone, e-mail etc.) e outras bases de informações”.

“Envolver os/as trabalhadores/as e diretores das Regionais em todas as partes possíveis do trajeto da Supervisão Técnica foi apontado como um pilar para a sua efetiva realização. E isso pode ser comprovado satisfatoriamente com esta atividade, já que os participantes se

sentiram incluídos e puderam ser ouvidos sem restrições, ou seja, foram reconhecidos nas suas singularidades, validando como legítimas suas falas (queixas e sugestões), bem como suas experiências, além de decidirem conjuntamente a dinâmica da atividade como a alteração de parte da programação. “



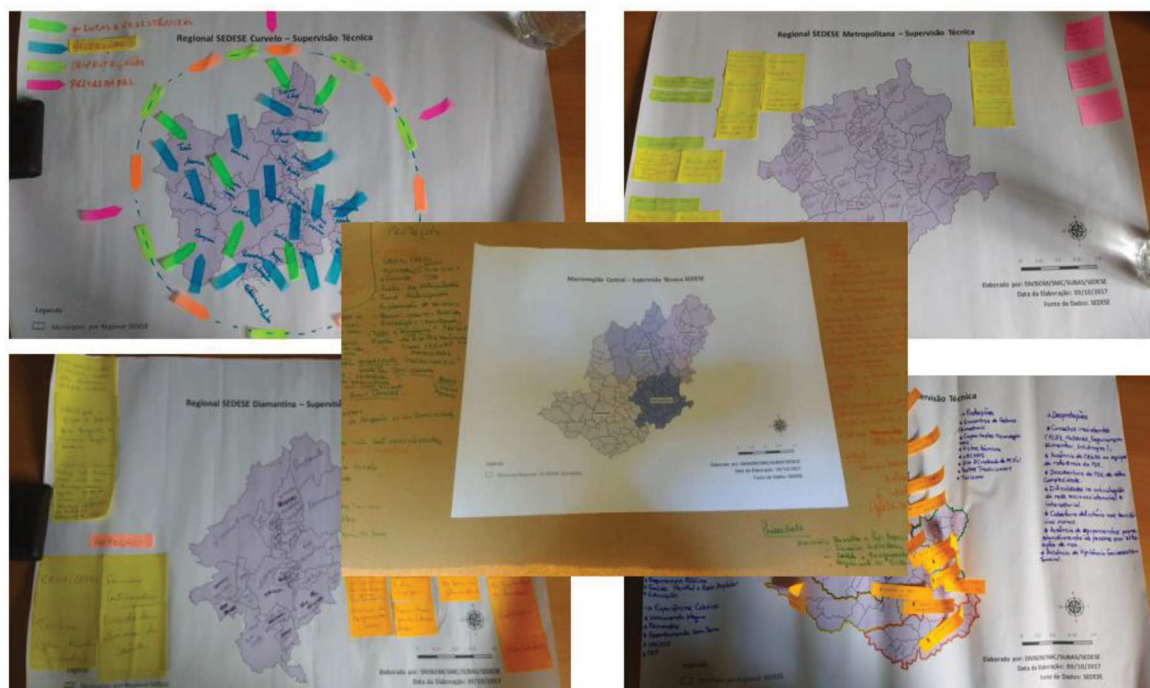
Registro 2.3. Mapa Falado – Macrorregião Central

“O diagnóstico gerou muito incômodo nos diretores regionais e nos técnicos, uma vez que perceberam muitos dados que não condizem com a realidade da regional.”

“Com relação ao Mapa Falado, os questionamentos, dúvidas e sugestões foram referentes a proposta do Mapa Falado que eles realizaram em suas respectivas regionais.”

“Mesmo diante do cenário foi possível repassar a valorização do trabalho desenvolvido pelos diretores e técnicos no território e da importância da participação na construção da supervisão técnica, de forma participativa e não somente como mais uma atividade imposta pela SEDESE.”

“Esses encontros possibilitam trocas de experiências e principalmente conhecimento do território, uma vez que muitas informações não são contempladas em dados quantitativos, e sim a partir das trocas de conhecimento de pessoas que atuam diretamente no território.”



Registro 2.4 – Mapa Falado – Macrorregião Sul

“O Mapa Falado é uma estratégia que nos aprovisionará uma linha graduada do dia-a-dia dos processos dos trabalhadores do SUAS. Como cada território de Minas Gerais traz consigo uma especificidade, torna-se imprescindível propor alguns temas para serem trabalhados nas Regionais.”

“Os diretores optaram por postergar os temas para que melhor pensassem. Mas muitos dos temas foram discutidos e dos temas trabalhados houve consenso na aplicação nos municípios com prioridades. Tema: ‘Quais são as proteções e desproteções identificadas no território’”.

“Vivenciar esse momento foi de grande valia para nosso aprendizado. Foi com certeza uma forma de fazer uma análise mais atualizada do que irão enfrentar”.

“Na aplicação dessa metodologia em Minas Gerais houve resistência grande de início, mas culminou com entendimento da nossa necessidade em relação ao conhecimento de campo, ‘chão’ que eles muito conhecem com propriedade”.

SUPERVISÃO TÉCNICA REGIONAL EM MG

SEDESE

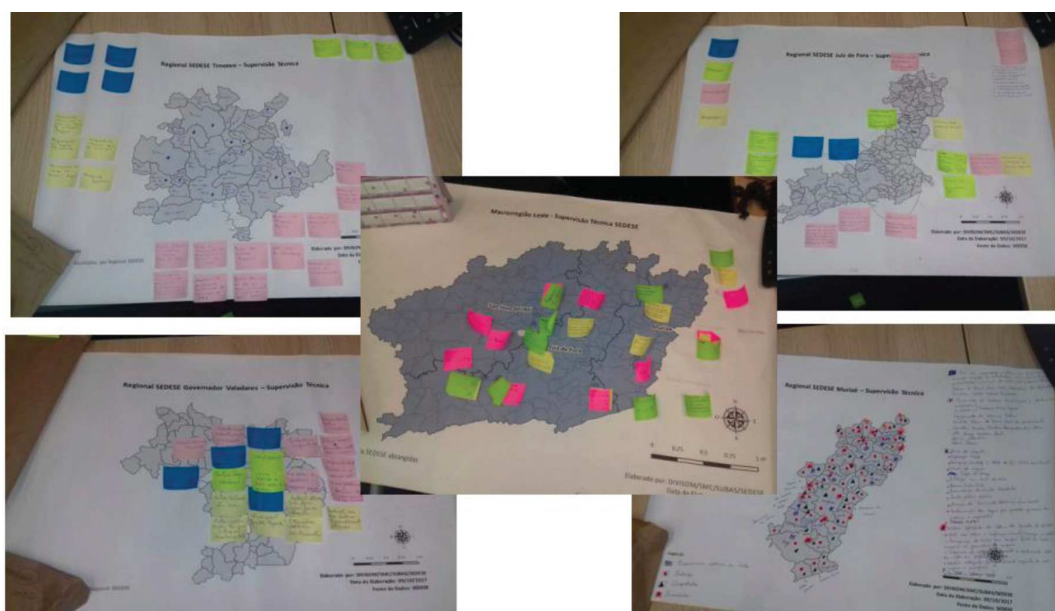
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Registro 2.5 – Mapa Falado – Macrorregião Sudeste

“O momento de construção do Mapa Falado em cada regional também aconteceu de forma dinâmica entre cada diretor e técnico. Fizaram referências a quatro temas: desproteção, proteção, experiências coletivas de lutas e resistências e prioridades. Porém, no segundo dia fizeram referências a algumas insatisfações e/ou demandas diferentes dos temas relacionados, como: falta de estrutura técnica e departamentos nas diretorias regionais, falta de diálogo com a SEDESE Central.”

“Existe uma falta de entendimento entre o papel das regionais e sua importância na estrutura chave para o desenvolvimento organizacional no nível estadual.”



A partir desta parada poderíamos dizer que chegamos mais próximo ao chão. Talvez ainda se tratasse de territórios percebidos, mas o exercício do Mapa Falado serviu para criar este caminho em direção ao cotidiano do chão e da gestão. Esta aproximação foi fundamental para se chegar aos processos de trabalho, nas práticas profissionais que se concretizam nas diversas formas de provimento do SUAS: serviços, programas, benefícios.

Afinal, é disso que tratará a próxima parada: o planejamento da Supervisão Técnica Regional com base nos processos de trabalho dos trabalhadores e gestores do SUAS.

5ª Parada: Plano Regional de Supervisão Técnica

Enfim, estamos adentrando a 5ª parada, quase chegando ao final da viagem, e agora com mais condições de organizar nosso ponto de chegada: a Supervisão Técnica Regional. Após este longo percurso (que se mostrou necessário apesar de longo), parece que o lugar da supervisão técnica no campo da Educação Permanente do SUAS foi ficando mais claro.

Agora ganha mais sentido o que se definiu como eixo 4 do Programa Qualifica SUAS em Minas Gerais:

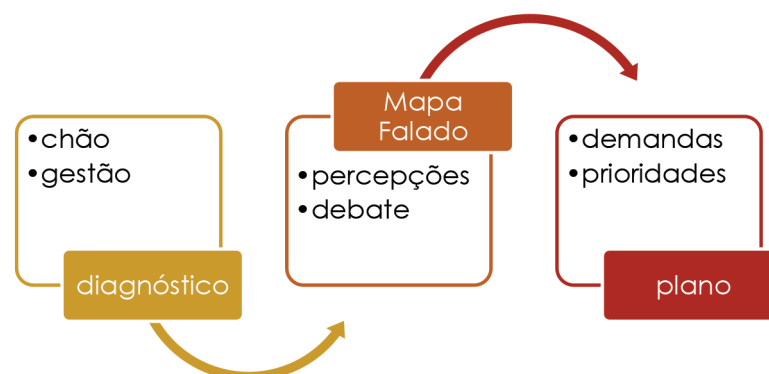
Refere-se a ações de capacitação em serviço, com a finalidade de apoiar e acompanhar as equipes de trabalho no desenvolvimento das funções de gestão e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

A aderência da supervisão técnica ao cotidiano de trabalho das equipes na gestão e provisão dos serviços e benefícios se torna condição primeira para se estabelecer o lugar desta ação de Educação Permanente do SUAS.

Registro 1 – Planos regionalizados de supervisão técnica: desafios metodológicos e operacionais

O plano de supervisão técnica, juntamente com o diagnóstico do chão e da gestão, se constituíram nos instrumentos balizadores da Supervisão Técnica em Minas Gerais. Tal como o diagnóstico envolve momentos participativos, em que trabalhadores e gestores incorporam informações sobre demandas e respostas de proteção social presentes nos territórios de atuação, também o plano é construído de forma participativa.

A mediação escolhida para ambos os instrumentos foi a técnica do Mapa Falado, como estratégia para capturar percepções sobre o território e, ao mesmo tempo, demandas e prioridades temáticas de processos de trabalho a serem desenvolvidas ao longo do tempo. Dessa forma, o Mapa Falado se configurou como uma ponte que articula diagnóstico e plano: 1) ao possibilitar percepções da realidade que necessitam ser incorporadas aos dados secundários levantados, e 2) ao fomentar o debate em torno dos desafios enfrentados no cotidiano da gestão do SUAS em torno dos processos de trabalho.



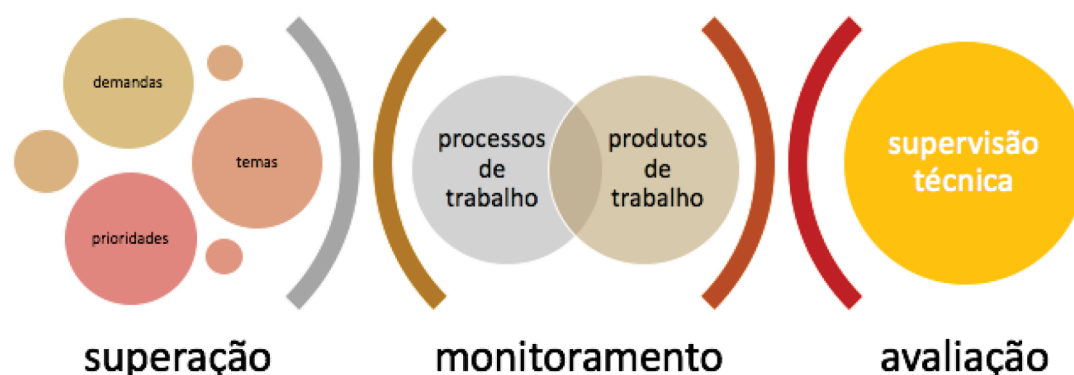
A elaboração do Plano Regional de Supervisão Técnica, neste contexto, deve abarcar as três dimensões contidas no próprio escopo da Supervisão Técnica em Minas Gerais: 1) movimento articulador, agregador e participativo; 2) trabalho crítico, criativo e de pés no chão, e 3) momento gerador de processos e produtos coletivos.

É por isso que ele se constituiu nesta etapa do percurso da Supervisão Técnica, imediatamente anterior ao início das ações identificadas como de supervisão técnica propriamente dita. Ou seja, o Plano de Supervisão Técnica se configurou como um momento que implica em processos de diálogos, sistematizações e definições de prioridades no tempo e no espaço, e que redundará na elaboração de um instrumento de gestão, um produto que orienta a supervisão técnica.

Assim, o Plano Regional de Supervisão Técnica deve prever ações de **superação** e, também, indicativos de **monitoramento** e **avaliação**. Estes elementos compreendem todo o percurso da supervisão técnica, tendo como **conteúdos** a serem trabalhados: temas, demandas e prioridades que afetam, **de forma comum** e direta os **processos cotidianos de trabalho na gestão do SUAS** nos municípios e **no provimento dos serviços e benefícios**, incluindo aqueles desenvolvidos junto às organizações socioassistenciais.

Estes elementos foram sendo coletados e identificados nas etapas anteriores ao Plano: 1) reconhecimento do chão e da gestão do SUAS; 2) reconhecimento da regionalização, e 3) construção coletiva do conhecimento dos territórios e do SUAS em Minas Gerais.

O percurso do Plano de Supervisão Técnica é organizado em pelo menos três grandes momentos que se encontram articulados: **superação**, **monitoramento** e **avaliação**.



Dessa forma, o Plano de Supervisão Técnica contém, em sua concepção, o reconhecimento da supervisão técnica enquanto uma dinâmica, ações em constante movimento, atentas à dinâmica da realidade e da gestão em que se encontra imbricada. Por isso, se faz necessário prever não apenas as ações de superação nos processos do trabalho cotidiano, a partir de demandas e prioridades, como também indicadores de monitoramento e avaliação que permitam observar a aderência das ações de superação em relação à dinâmica da realidade e da gestão.

Enquanto plano, as ações previstas necessitam ser pensadas com prazos, configurando processos e gerando produtos de supervisão técnica. Este conjunto de ações estará referenciada nas prioridades/demandas levantadas na etapa anterior.

Importa ainda ressaltar que nas diretrizes estabelecidas para a Supervisão Técnica em Minas Gerais no âmbito do Programa Qualifica SUAS, está previsto “interligar o Plano de Supervisão com as ações de apoio e assessoramento técnico de forma articulada e complementar, com foco nas dificuldades ou fragilidades identificadas para cada eixo dos percursos formativos da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS: gestão do SUAS; provimento de serviços e benefícios; e controle social do SUAS. ”

Assim, cada Plano Regional de Supervisão Técnica precisa estar articulado ao conjunto de processos formativos em andamento, bem como às ações de apoio e assessoramento técnico. Significa atentar para a incorporação de dispositivos de articulação do Plano com estas demais ações previstas no âmbito do Programa Qualifica SUAS, de modo a adensar os processos formativos e descobrir novas possibilidades de superação das dificuldades e ou fragilidades identificadas.

Por fim, cada Plano Regional de Supervisão Técnica termina se configurando como um desenho matricial de planejamento, buscando atentar, por um lado, para a totalidade dos processos em curso no âmbito do Programa Qualifica SUAS junto às regionais e municípios e, por outro lado, considerar o diagnóstico e o escopo metodológico construídos em torno da Supervisão Técnica em Minas Gerais.



Neste contexto, compreende-se que os planos regionalizados de supervisão técnica se constituem em instrumentos estratégicos para que, de fato, as demandas comuns e prioritárias de aprimoramento dos processos de trabalho presentes no cotidiano de gestão do SUAS possam ser incorporadas e vivenciadas na etapa de superação.

Registro 2 – Construção do Plano

O processo de sistematização das informações de dados secundários do chão e da gestão do SUAS nas 22 regionais, agregadas por cinco macrorregiões, foi sendo compartilhado e resultando no Diagnóstico Socioterritorial. Este Diagnóstico Socioterritorial foi enriquecido com o Mapa Falado aplicado junto às equipes regionais, e depois replicado pelas regionais junto aos respectivos municípios para identificar as seguintes situações: proteções, desproteções, prioridades, experiências coletivas e demandas de gestão pública do SUAS.

O objetivo desse Diagnóstico Socioterritorial enriquecido com o Mapa Falado era aproximar os supervisores técnicos do chão e da gestão de vivência dos trabalhadores e gestores do SUAS em seus municípios e regionais.

Com base neste panorama identificado e sistematizado por regional, se buscou preencher a **Matriz do Plano Regional de Supervisão Técnica**, um processo de construção lógica entre a realidade apresentada pelo Diagnóstico Socioterritorial e os indicativos de processos de trabalho comuns apresentados por meio do Mapa Falado. O exercício consistiu na identificação das demandas de gestão que estavam relacionadas às demandas de proteção social evidenciadas pelo Diagnóstico Socioterritorial e pelo Mapa Falado.

Após este processo de sistematização e análise, foi possível se chegar a uma Matriz contendo os elementos básicos para se elaborar o Plano Regional de Supervisão Técnica, quais sejam: demandas de gestão do SUAS, processos de trabalho comuns e produtos de trabalho comuns.



A Matriz do Plano de Supervisão Técnica procura manter uma visão de totalidade da Supervisão Técnica e, ao mesmo tempo, a conexão entre os campos que dão sustentabilidade ao próprio Plano. Faz-se necessário lembrar que, no caso de Minas Gerais, foram pactuadas prioridades do SUAS em âmbito estadual/regional, e estas prioridades são lembradas como elementos articuladores entre as demandas de gestão do SUAS e os processos/produtos de trabalho comuns a serem desenvolvidos no âmbito da Supervisão Técnica.

Demandas comuns de gestão:
ausências, fragilidades na gestão do
SUAS no provimento de serviços,
programas e benefícios

Processos de trabalho comuns:
práticas, conhecimentos, conteúdos
desenvolvidos por trabalhadores e
gestores do SUAS no cotidiano de
provimento de serviços, programas
e benefícios.

Produtos de trabalho comuns:
resultados, novas alternativas de
práticas, conhecimentos e
conteúdos a serem desenvolvidos
por trabalhadores e gestores do
SUAS no cotidiano de provimento de
serviços, programas e benefícios.

A grande pergunta que surge após se definir os campos básicos é: como dar a mesma concretude apresentada pelas demandas de gestão para os processos e produtos de trabalho da Supervisão Técnica? Entendeu-se que o desenvolvimento da Supervisão Técnica gira em torno dos processos cotidianos de trabalho dos gestores e trabalhadores do SUAS e, ao mesmo tempo, deve gerar novas alternativas de processos de trabalho ou produtos que contribuam para a superação de processos de trabalho que já não mais respondem às demandas de gestão do SUAS no provimento de serviços, programas e benefícios.

A questão central a ser levantada é que os processos de trabalho na supervisão técnica se articulam, necessariamente, com os provimentos prestados por gestores e trabalhadores do SUAS e ou com a prioridade já pactuada. Ou seja, os processos de trabalho configuram o conjunto de práticas desenvolvidas por estes gestores e trabalhadores na execução de provimentos na forma de serviços, programas e benefícios.

Por exemplo: No caso dos CREAS Regionais – serviços que concretizam a prioridade em âmbito regional – demandam supervisão técnica em processos de trabalho que precisam ser definidos de acordo com este dado da realidade, em que a centralidade está na abrangência geográfica regionalizada de um conjunto de municípios vizinhos.

Já nos casos da Rede Cuidar e Juventude, a abrangência regional é da prioridade comum e dos serviços em comum, que visam responder a esta prioridade, pelo menos parcialmente, independente de uma agregação regional. Portanto, nestes casos, os processos de trabalho têm centralidade na temática comum específica da prioridade, e o âmbito dos serviços pode ter múltiplas escalas: intraurbana, microterritorial e municipal. Importa a articulação entre os serviços afetos à temática comum e menos o provimento em forma regional.

Assim, na construção metodológica da Supervisão Técnica Regional em Minas Gerais, dentro das condições concretas de viabilidade dessa ação no momento atual, apresentam-se duas possibilidades de vertentes de Supervisão Técnica Regional: uma de limite temático comum e com conteúdos de processos e produtos de trabalho comuns a partir de provimentos que podem ter múltiplas escalas de execução; e outra de limite geográfico e com conteúdos de processos e produtos de trabalho comuns a partir de provimentos executados regionalmente (entre municípios da mesma regional SEDESE).

Assim, o adjetivo “Regional” da Supervisão Técnica em Minas Gerais se refere mais ao “sentido comum” de processos e produtos de trabalho, ou seja, trata-se de uma proposta de Supervisão Técnica que parte de práticas e demandas comuns, a partir da execução dos provimentos de serviços, programas e benefícios: de forma partilhada por municípios de uma mesma regional ou de forma não partilhada com outros municípios, podendo neste caso ocorrer partilhas de provimentos com agentes de outras políticas públicas.

Estação: Supervisão Técnica Regional

Após cinco importantes paradas, finalmente, chegamos à estação Supervisão Técnica Regional do SUAS de Minas Gerais. Um misto de satisfação e certa nostalgia, pois a viagem possibilitou vivências significativas com trabalhadores, gestores, supervisores e pesquisadores em torno desta construção coletiva, que esperamos a cada dia ser mais “um jeito mineiro de fazer supervisão técnica regional”.

Sim, porque aprendemos nestes percursos e paradas que o chão faz diferença na gestão do SUAS, afinal a gestão da política pública se dá no chão, se mistura com ele, e vai dando o sentido de “território usado” de Milton Santos ou de “território praticado” de Ana Clara Torres Ribeiro.

Segue aqui o último registro deste Diário de Campo: um modo de contar resumidamente a viagem da Supervisão Técnica Regional em Minas Gerais.

Registro – Síntese

A Supervisão Técnica do SUAS em Minas Gerais, importa salientar, foi prevista no Eixo 4 do Programa Qualifica SUAS, uma resolução deliberada pelo Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais em 2015, portanto, anterior à resolução do CNAS que estabeleceu os parâmetros específicos da Supervisão Técnica no SUAS em âmbito nacional.

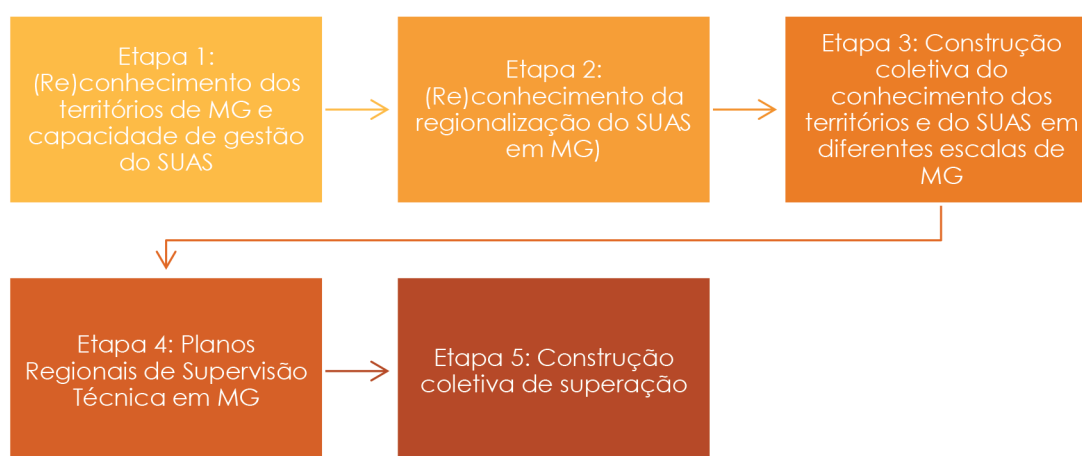
No âmbito do Programa Qualifica SUAS em Minas Gerais, a supervisão técnica enquanto um dos eixos, deveria atentar para os seguintes objetivos:

- Propor e executar estratégias de capacitação com maior capilaridade e que estejam voltadas para as questões ou problemas relacionados aos processos de trabalho e práticas profissionais, visando à formulação e experimentação de alternativas de solução e superação dos problemas e questões motivadoras;
- Apoiar e acompanhar as equipes profissionais no desenvolvimento de suas funções e promover reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos processos de trabalho e das práticas profissionais, visando subsidiar na formulação de soluções, superar os problemas e potencializar o trabalho social e seus resultados, por meio do desenvolvimento de competências;
- Promover processos de reflexão e autorreflexão, que contribuam para o rompimento com práticas preconceituosas, assistencialistas e estigmatizadoras, na perspectiva do direito e da diversidade, favorecendo a construção de novos olhares e formas de agir, que reflitam a diretriz transformadora e ética do SUAS;
- Disseminar reflexões sobre práticas que valorizem a participação dos usuários e seu protagonismo político como método do trabalho das equipes do SUAS. (MINAS GERAIS, 2015)

Dessa forma, os percursos da Supervisão Técnica do SUAS em Minas Gerais se colocam como conteúdos que podem dar concretude aos objetivos propostos à supervisão técnica em Minas Gerais. Pois, conforme já afirmavam Albuquerque e Silva,

O desafio que se coloca é que possamos evidenciar o conhecimento a partir do fazer das equipes de referência, que tem profissionais de nível fundamental, médio e superior, com diferentes perfis e competências, conjugando as dimensões ética, política e técnica. (ALBUQUERQUE e SILVA, 2014, p. 98)

Para tanto, foram definidas cinco grandes etapas enquanto campos de conhecimento a serem construídos no processo de Supervisão Técnica do SUAS em Minas Gerais, e consolidando-se como momentos fundamentais no percurso de efetivação da supervisão técnica.



Cada etapa possui significados que marcam o movimento de construção metodológica da Supervisão Técnica em Minas Gerais, buscando concretizar na forma de processos e produtos os princípios, diretrizes e dimensões norteadores desta plataforma metodológica.

Etapa 1 – (Re)conhecimento dos territórios de Minas Gerais e da capacidade de gestão do SUAS

Esta etapa corresponde aos processos de coleta, sistematização e análise das informações sobre Minas Gerais e a gestão do SUAS em suas diversas instâncias, a partir dos seguintes princípios:

- O reconhecimento do território e suas multiescalas em Minas Gerais;
- O respeito à diversidade sociocultural.

Importa ressaltar que esta etapa se constitui como a pedra fundamental da Supervisão Técnica, entendendo-se que antes de estabelecer qualquer ação de supervisão, se faz necessário um (re)conhecimento da realidade na qual encontram-se inseridos os processos de trabalho. Trata-se do momento inicial de aproximação da supervisão com esta realidade, buscando conhecê-la antes de atender às demandas dos seus gestores e trabalhadores.

Este momento se configura como um tempo de aprendizagem e leitura da realidade por parte do responsável pela supervisão, um exercício de pesquisa sobre os territórios e as características da gestão do SUAS, a partir dos dados disponibilizados pela SEDESE e fontes oficiais de estatísticas sobre o país, estado e municípios de Minas Gerais.² A análise das informações depende também do domínio da supervisão na leitura e interpretação de indicadores e índices que dizem respeito às dinâmicas demográficas, sociais, econômicas, políticas, culturais a partir das várias escalas, e de acordo com o foco da supervisão: regional, municipal e intramunicipal.

Este tempo de (re)conhecimento da realidade na qual se atuará é fundamental para o exercício da horizontalidade a ser estabelecida nas bases relacionais da supervisão técnica. Ainda que o responsável pela supervisão tenha algum conhecimento sobre a realidade na qual irá desenvolver seu trabalho, se faz importante este exercício de (re)conhecimento dos territórios e da gestão do SUAS. Pois, para além do domínio das informações, se faz igualmente importante o respeito às diversidades socioculturais presentes nesta realidade.

Uma das lacunas que tem se apresentado na gestão do SUAS refere-se à fragilidade na elaboração de diagnósticos socioterritoriais, e que impacta tanto no âmbito do planejamento de trabalho, como nos próprios processos de trabalho desenvolvidos no cotidiano. Por isso, é fundamental que a supervisão aprimore sua leitura da realidade, fazendo uso e/ou elaborando diagnósticos socioterritoriais preliminares que lhe permitam aproximar-se da realidade munida de insumos básicos para estabelecer os primeiros diálogos com os trabalhadores e gestores.

Trata-se de uma etapa preparatória da supervisão que, no caso de Minas Gerais, ganha uma dimensão exponencial pelo fato de ser o estado com o maior número de municípios no país. A quantidade e a diversidade territorial se constituem em marcas a serem consideradas e decifradas. Por isso, se fez necessário construir um Diagnóstico Socioterritorial de Minas Gerais, procurando dimensionar essa quantidade e diversidade de realidades, tanto do ponto de vista dos perfis populacionais e territoriais, como também da gestão do SUAS.

Etapa 2 – (Re)conhecimento da regionalização do SUAS em Minas Gerais

Esta etapa articula-se à primeira, porém, guarda uma especificidade de natureza mais institucional. Não basta reconhecer as quantidades e diversidades de Minas Gerais, é necessário compreender a lógica descentralizada e participativa do SUAS estabelecida por este ente federativo. No caso, a SEDESE está organizada por 22 regionais.

A escala regional na SEDESE se constitui em uma instância estratégica de gestão, considerando-se a quantidade de municípios, bem como as distâncias geográficas que envolve acessá-los. Dessa forma, os processos de supervisão técnica têm como referência para sua organização as 22 regionais da SEDESE.

² Destacam-se: IBGE e Censo Demográfico 2010, Fundação João Pinheiro e Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano.

Esta dimensão institucional também precisa fazer parte do repertório de conhecimento dos responsáveis pela supervisão técnica, pois embora as demandas e prioridades a serem trabalhadas tenham o município como território concreto de intervenção e ponto de partida para a supervisão técnica, em Minas Gerais a escala regional faz parte da dinâmica de gestão do SUAS. Esta escala regional diz respeito, por exemplo, às prioridades comuns aos municípios da regional que podem ser trabalhadas de forma conjunta. Também, determinadas prioridades/demandas que envolvam serviços regionalizados, necessariamente os municípios envolvidos na regional podem desenvolver processos de supervisão técnica de forma coletiva.

A expectativa é que a escala regional faça parte da agenda de supervisão técnica, de forma articulada à escala municipal.

Etapa 3 – Construção coletiva do conhecimento dos territórios e do SUAS em diferentes escalas de Minas Gerais

Esta etapa diz respeito ao encontro dos conhecimentos: os diagnósticos construídos a partir de dados secundários vão (re)conhecer os chãos e a gestão ao vivo e a cores, tanto no âmbito regional como municipal. Nesse encontro, a mediação é realizada por metodologias participativas.

No caso de Minas Gerais, optou-se pela técnica do “Mapa Falado” para capturar as percepções dos gestores e trabalhadores do SUAS sobre as expressões de proteção e desproteção social, experiências de resistência e levantamento das prioridades para a gestão a partir dos territórios municipais e regionais. Para este processo de construção, toma-se o mapa de referência, de acordo com a escala a ser trabalhada (regional com os municípios ou somente os municípios ou ainda somente um município), localizando tais expressões e experiências, que passam a confrontar e complementar os dados secundários levantados.

Também em torno deste mapa no papel é que os trabalhadores e gestores poderão identificar as demandas temáticas de supervisão técnica, a serem incorporadas no Plano de Supervisão Técnica, tendo como perspectiva os desafios cotidianos enfrentados pelo SUAS nas regionais e nos municípios de Minas Gerais.

É com esta etapa que se buscará consolidar a diretriz: “Elaborar o diagnóstico e o planejamento do Plano de Supervisão Técnica com a identificação das prioridades para a gestão e provimento de serviços e benefícios socioassistenciais”.

Dessa forma, se pretende efetivar um processo participativo de diagnóstico e planejamento ao longo do percurso da supervisão técnica, de tal maneira que seus produtos façam sentido para a gestão do SUAS, na qualidade do provimento de serviços e benefícios.

Etapa 4: Planos Regionais de Supervisão Técnica em Minas Gerais

Vencidas as etapas de diagnóstico socioterritorial, combinando informações de dados secundários e percepções dos trabalhadores e gestores, se colocam as condições básicas para a elaboração dos Planos Regionais de Supervisão Técnica.

Para tanto, se faz necessário que o grupo responsável pela elaboração do Plano realize uma leitura crítica do diagnóstico socioterritorial em confronto com as percepções levantadas no Mapa Falado, de tal forma a permitir a identificação de demandas comuns de supervisão técnica, para além das prioridades já estabelecidas: pobreza rural, juventude, Rede Cuidar e regionalização.

Etapas 5: Construção coletiva de superação

A partir do Plano de Supervisão Técnica, se desencadeia o percurso de desenvolvimento da supervisão técnica propriamente dita. Propõe-se uma construção coletiva de superação, buscando traçar caminhos dialogados, valorizando as experiências acumuladas nos processos cotidianos de trabalho, fazendo uso dos princípios norteadores estabelecidos para a supervisão técnica.

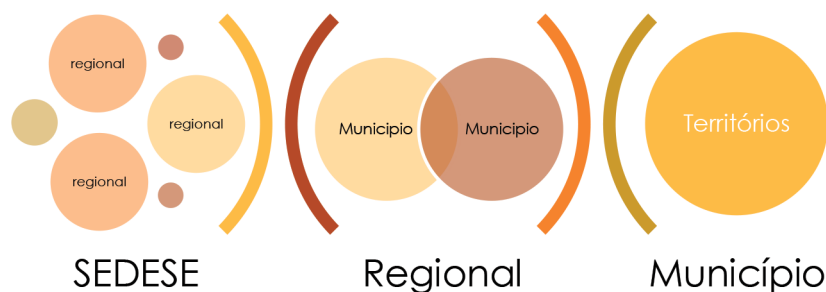
Neste sentido, duas diretrizes previstas no âmbito do Programa Qualifica SUAS se fazem presentes, que viabilizam parcerias e supervisão técnica regional:

- Compete a SEDESE propor parcerias para o desenvolvimento das ações de supervisão técnica, voltadas para garantir maior capilaridade de suas ações, assim como a realização de estratégias de regionalização e descentralização.
- Oferecer supervisão técnica em nível regional, com apoio das Diretorias Regionais da SEDESE e parceiros. Ela deverá ser realizada por meio da mobilização e participação das equipes de trabalho para estudo e reflexão acerca de questões ou problemas relacionados aos processos de trabalho e práticas profissionais, visando a formulação e experimentação de alternativas de solução e superação dos problemas e questões motivadoras. (MINAS GERAIS, 2015)

Estas duas diretrizes indicam possibilidades de supervisão técnica a partir de demandas comuns dos municípios. Ao mesmo tempo, se abrem possibilidades de identificação de experiências acumuladas no âmbito regional ou macrorregional, em resposta a determinadas demandas, e que configuram a supervisão técnica com especialistas internos, envolvendo trabalhadores e ou gestores atuantes no SUAS de Minas Gerais.

Significa supor que é possível contar com a diversidade de experiências acumuladas na gestão do SUAS em Minas Gerais, tendo como protagonistas trabalhadores e gestores. Esta possibilidade de supervisores internos não exclui a necessidade de supervisores externos, especialistas em determinadas demandas/prioridades. Porém, sem dúvida, o processo de construção metodológica da supervisão técnica em Minas Gerais tem demonstrado que na proposta coletiva de superação se torna um diferencial a possibilidade de contar com profissionais que, além da experiência técnica, apresentam uma vivência nos territórios de Minas Gerais e no cotidiano da gestão do SUAS.

Para que as etapas aqui delineadas encontrem condições objetivas para se desenvolverem, se faz necessário que a construção metodológica da Supervisão Técnica envolva também um conjunto de estratégias operacionais, que considerem os dispositivos institucionais de organização do SUAS em Minas Gerais, bem como o desafiante contexto territorial que envolve 853 municípios e 22 regionais.



Trata-se de uma lógica de organização que implica, ao mesmo tempo, no reconhecimento das diversidades e especificidades socioterritoriais e culturais, bem como das demandas e possibilidades de superação comuns. Estes elementos precisam ser viabilizados de forma articulada a partir da configuração das 22 regionais e seus respectivos municípios.

Dessa forma, pactos institucionais no âmbito da SEDESE se fazem necessários na organização da dinâmica operacional da supervisão técnica, para que as 22 regionais sejam contempladas: garantia de logística de deslocamentos e reuniões de trabalhadores e gestores; compatibilidade e otimização de agendas com processos concomitantes do Programa Qualifica SUAS; respeito às diretrizes metodológicas da supervisão técnica e flexibilidade diante dos limites e imprevistos.

Diante deste cenário, se apresenta a construção de reconhecimentos de experiências já vivenciadas pelas regionais, bem como novas aprendizagens de trabalho na escala regional, partindo de prioridades comuns, próximas, e buscando superações coletivas.

Trata-se de uma operacionalização que leva em conta, portanto, a organização geográfica associada às demandas e possibilidades de superação comuns, configurando a escala da supervisão técnica. Na perspectiva de Milton Santos, a escala é, ao mesmo tempo, limite e conteúdo:

Essa combinação de fins e meios, de objetivos finais e objetivos intermediários, muda ao longo do tempo. Por isso também muda a superfície de incidência, a área de ocorrência, a situação e sua extensão. Vista desse modo, a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local. (SANTOS, 2002, p. 151)

Nesta perspectiva se faz necessário vivenciar a Supervisão Técnica, isto é, considerando-se a escala regional enquanto limite e conteúdo, ao mesmo tempo.

Derradeiras Palavras

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para o que veio antes e depois.

(Walter Benjamin)

Este Diário de Campo encerra acontecimentos vividos na viagem que nos dispusemos a fazer em direção à Supervisão Técnica Regional do SUAS em Minas Gerais.

Na condição de “caipiras atrofiados”, não imaginávamos o quanto sabíamos e, ao mesmo tempo, ignorávamos a respeito desse lugar, regularmente novo, mas insistentemente requerido pelos trabalhadores e gestores do SUAS: a supervisão técnica. Sabíamos dizer mais o que não era do que o que deveria ser.

Assim, não podia ser confundido com “apoio técnico”, nem com “assessoria técnica” ou mesmo “capacitação técnica”.

Mas, na prática, como seria?

Aprendemos que para desenvolver a supervisão técnica precisamos estar preparados e, ao mesmo tempo, abertos para o novo, pois se trata, antes de tudo, de um conjunto de atributos, processos e produtos a serem construídos coletivamente, na direção do “comum”: o grande sentido descoberto de uma supervisão técnica. Estamos tratando de demandas comuns, de prioridades comuns, de processos de trabalho comuns e de produtos comuns de trabalho.

Mas, descobrimos também que não existe “curso preparatório” melhor para formar um “supervisor técnico” do que a própria prática da supervisão técnica que, neste sentido, também se revela como um espaço formativo para quem supervisiona. Por isso, supervisionar demanda também supervisão, uma espécie de processo contínuo e dinâmico de aprendizagem e de suporte.

Este processo, por sua vez, faz lembrar dos “pés no chão” – talvez uma das notas mais tocadas nessa viagem em direção à Supervisão Técnica Regional em Minas Gerais. Aqui, de fato, precisamos salientar que a vivência da supervisão técnica não tem como se dar descolada e nem deslocada do chão onde se dá a gestão do SUAS. Assim, por mais especialista e experiente na gestão seja quem assume a condução da supervisão, se faz necessário estar atento ao chão.

Por isso, buscamos deixar na forma deste Diário de Campo os registros desta viagem vivida junto ao SUAS de Minas Gerais: que possam ser acontecimentos lembrados, sem limites, para que daqui brotem novas vivências e se transformem em novas experiências.

Certamente, cada experiência indicará novas paradas, e descobriremos que a Supervisão Técnica Regional em Minas Gerais, ao se fazer fazendo, se torna uma experiência sem fim no incrível desafio abraçado de aprimorar o SUAS, até que ele chegue a todos desse estado, desse país.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Simone; SILVA, Monica Alves. A educação permanente no SUAS: perspectivas e desafios. IN: CRUS, José Ferreira da; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida (Orgs.). **Gestão do Trabalho e educação permanente do SUAS em pauta**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2014. p. 89-100.
- BITOUN, Jan et al. As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional. IN: **Anais do XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.
- BRASIL. **II Plano Decenal do SUAS (2016-2026)**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.
- BRASIL. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013.
- BRASIL. Resolução CNAS nº 6, de 13 de abril de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Conselho Nacional de Assistência Social, Brasília, 25 abr. 2016. Seção 1, nº 77, p. 56.
- BRASIL. **SUAS 10: Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectiva**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2015.
- BRASIL. **SUAS 10: Realidades, respostas, perspectivas**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2015.
- CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CRUS, José Ferreira da; TEIXEIRA, Joaquina Barata. A política Nacional de Educação Permanente do SUAS: removendo pedras no meio do caminho. IN: CRUS, José Ferreira da; ALBUQUERQUE, Simone (Orgs.). **Gestão do Trabalho e educação permanente do SUAS em pauta**. Brasília: MDS, 2014. p. 67-87.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer** – reflexões sobre a formação do Brasil. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- MINAS GERAIS. **Resolução CEAS/MG nº 522**, de 25 de setembro de 2015. Conselho Estadual de Assistência Social, Belo Horizonte, 25/09/2015.
- MINAS GERAIS. **Caderno de Regionalização dos Serviços de Proteção Especial**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE; Subsecretaria de Assistência Social – SUBAS, 2016.

MINAS GERAIS. **Caderno de Orientações:** sentidos e caminhos da vigilância socioassistencial em Minas Gerais. Belo Horizonte: Associação Mineira de Municípios – AMM; Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE; Subsecretaria de Assistência Social – SUBAS, maio de 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da Ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Crítica da Razão Indolente:** Contra o Desperdício da Experiência. Porto: Afrontamento; São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2012.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Concepção da dimensão política da prática profissional. IN: **Serviço Social:** as respostas da categoria aos desafios conjunturais. 2ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 44-47.

YAZBEK, Maria Carmelita. Educação permanente e a política de assistência social: o papel da academia e os desafios do Serviço Social. IN: CRUS, José *et al.* (Orgs.). **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em pauta.** Brasília: MDS, 2014. p. 129-141.

ANOTAÇÕES

Blank lined area for field notes.

ANOTAÇÕES

Area for handwritten notes with horizontal lines.

